



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil • JUL 2014 • vol. 11 n. 2



Agroecologia e a
superação
da pobreza

O Brasil tem se notabilizado pelos resultados positivos na superação da pobreza e da insegurança alimentar. Recente relatório das Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre o *Estado de Insegurança Alimentar no Mundo* ressalta o papel central das políticas do governo brasileiro na redução em 75% da pobreza extrema no país. Ao sair do mapa global da fome, o Brasil atinge com antecipação duas metas definidas pela ONU até 2015: a do Milênio, que visa reduzir pela metade o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia; e a da Conferência Mundial de Alimentação, que consiste em cortar também pela metade o número de pessoas desnutridas.

No presente contexto histórico, em que a pobreza e a insegurança alimentar ressurgem em países desenvolvidos como resultado da aplicação do receituário neoliberal, a experiência brasileira ressalta como é indispensável o Estado intervir na regulação das dinâmicas de desenvolvimento econômico e na redistribuição das riquezas sociais. Assegurar e aprofundar as conquistas alcançadas nesse campo é o desafio que se coloca no horizonte imediato. Para tanto, cabe realizar uma análise dos acertos e das insuficiências da trajetória percorrida até o momento.

Antes de tudo, é necessário ter claro que os maiores índices de vulnerabilidade social são encontrados nas regiões rurais e que os programas de transferência de renda têm sido essenciais para a sua rápida diminuição nessas áreas do país. Ao reduzirem as privações mais agudas relacionadas à insegurança alimentar, os investimentos governamentais criam novas margens de liberdade para que os mais pobres do campo coloquem em prática estratégias inovadoras de reprodução econômica e social. Artigos publicados nesta edição apresentam exemplos vindos de diferentes regiões brasileiras que ressaltam como famílias e comunidades rurais empobrecidas combinam os recursos oriundos das políticas sociais com suas poupanças a fim de desenvolver formas mais autônomas de sustento.

Mas os casos aqui relatados são também reveladores da limitação das medidas institucionais centradas exclusivamente nas transferências de renda ou na estratégia de inserir os mais pobres nos mercados de bens e serviços. Afinal, a manutenção da forte concentração fundiária e a intensificação de conflitos ambientais têm perpetuado o precário acesso da agricultura familiar a recursos produtivos, a começar pela terra, constituindo os maiores bloqueios para a superação estrutural da pobreza e da miséria no Brasil rural. Ampliar a base de recursos autocontrolada pelas famílias e comunidades rurais por meio de um amplo programa de reforma agrária e da garantia dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais mostra-se, portanto, condição indispensável para que a parcela mais empobrecida da população rural não figure indefinidamente como *público beneficiário* das políticas sociais.

As experiências ensinam ainda que qualquer ação de combate à pobreza secular só obterá resultados sustentáveis se for coerente com as estratégias econômicas e os projetos de vida de agricultores e agricultoras e suas organizações locais. Nesse sentido, o fortalecimento das organizações locais como agentes da inovação técnica e sócio-organizativa exerce papel determinante na ativação de processos de emancipação social e política das populações mais empobrecidas. Por outro lado, as iniciativas públicas que concebem os mais pobres como meros beneficiários das políticas, e não como sujeitos de direito, em geral pautadas pela lógica da assistência individual, reforçam a cultura marcada pelas relações clientelistas, comprometendo assim as capacidades criativas dos mais pobres para que se assumam como protagonistas na superação da pobreza.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* v. 11, n.2
(corresponde ao v. 30, n.º 2 da Revista *Farming Matters*)

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a Fundação ILEIA – Holanda.



Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21) 2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br



PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10
www.ileia.org

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Francisco Menezes

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Base de dados de subscritores – Willian Monsor

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Jair Guerra Labelle

Tradução – Flavia Londres

Foto da capa – Adriana Galvão Freire

Projeto gráfico e diagramação – I Gráficci Comunicação & Design

Impressão: Reproset

Tiragem: 1.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04

Editor convidado • Francisco Menezes

ARTIGOS

06

Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro

Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni, Thiago M. B. Moreira e Eduardo Barbosa Ayres

12

Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2): uma iniciativa inovadora para o enfrentamento da pobreza rural

Marilene Souza

16

Inclusão produtiva no combate à pobreza rural: ensinamentos do Sertão do Araripe (PE)

Maíra Martins

21

Do latifúndio ao assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso

Siumara Santos Oliveira e Tayrone Roger Antunes de Asevedo

25

Redes de cooperação e agricultura ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Flávia Charão Marques, Maria Alice F. Corrêa Mendonça, Monique Medeiros e Lauren da Silva Pettenon

32

Fundo Dema: dez anos de luta por justiça ambiental na Amazônia

Vânia Carvalho e Élide Galvão

38

Subsistência é resistência: sistemas alimentares locais em tempos de crise econômica

Leila Dregger

44

Agroecologia e o direito à alimentação

Entrevista com Olivier De Schutter por Margriet Goris



Agroecologia e a superação da pobreza

Francisco Menezes



Brasil ganhou notoriedade mundial pelos resultados que obteve na redução da pobreza na última década. Apenas nos últimos três anos, a estimativa do governo federal é que 22 milhões de pessoas tenham deixado de ser extremamente pobres. Já no período entre 2003 e 2010, um total de 28 milhões de pessoas superou a linha da pobreza, segundo o critério de renda. Para conseguir esse resultado histórico, foi implementado um conjunto de políticas públicas que buscou combinar o crescimento econômico com a inclusão social por meio de estratégias distributivas, como a recuperação do valor do salário mínimo, a criação de empregos formais e a transferência de renda, sendo o Programa Bolsa Família o carro chefe dos programas e ações específicos voltados para o enfrentamento da pobreza.

Até 2010, as políticas sociais não faziam distinção entre os considerados pobres e os mais pobres. Mas ao observar que a falta dessa diferenciação acaba deixando de fora os mais vulneráveis, a partir de 2011, decidiu-se que essas pessoas passariam a merecer maior atenção e prioridade, por intermédio do Plano Brasil sem Miséria (PBSM). Uma primeira medida nesse sentido foi identificar quem eram, quantas eram e onde estavam localizadas essas pessoas. Para tanto, utilizou-se o Censo Demográfico de 2010, adotando-se o critério de renda, por meio do qual foram considerados extremamente pobres os indivíduos que vivem com uma renda per capita de até R\$ 70 por mês, ou o equivalente na época a 1,5 dólar por dia. Já na pesquisa por domicílio, consideraram-se outros fatores para a determinação da extrema pobreza: aqueles sem banheiro exclusivo; sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e que não tivessem fossa séptica; ou, em área urbana, aqueles sem ligação com a rede geral de distribuição de água; ou, em área rural, sem ligação com a rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou sem energia elétrica; ou com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou com pelo menos três moradores analfabetos de até 14 anos de idade; ou pelo menos um morador analfabeto de 65 anos ou mais de idade. Resultou daí uma estimativa de 16,2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, sendo que, desse universo, 46,7% viviam em área rural, tomando como referência a conceituação de rural e urbano adotada pelo IBGE, segundo a qual a população rural corresponde hoje a 16,2% da população brasileira.

Este número da *Revista Agriculturas*, muito oportunamente, retoma o tema da pobreza rural, que já fora abordado em dezembro de 2008 (V.5, N.4). Afinal, estamos no momento de avaliar o que se alcançou e os novos desafios encontrados a partir da instituição do PBSM.

Algumas definições sobre a pobreza são apresentadas no editorial da edição de 2008. Segundo as mesmas, se as estimativas da pobreza tomam como critério primeiramente a renda, acrescentando alguns aspectos referenciados às condições do

domicílio, podemos obter bons indicativos a respeito da dimensão do problema. Mas sabemos que a pobreza é um fenômeno social mais complexo em suas características e determinações, não podendo se restringir à dimensão econômica e ao acesso a bens materiais, embora os dois sejam importantes elementos definidores dessa condição. A pobreza envolve outras dimensões de natureza política e cultural. Segundo Jorge Romano, autor daquele editorial, ela se manifesta como *um estado de negação de direitos humanos, de desempoderamento e de restrição das capacidades e das oportunidades reais de pessoas e grupos* (ROMANO, 2008, p. 4). É importante, assim, também ter em conta seu caráter relativo diante da realidade da sociedade em que o indivíduo vive, e não apenas a incapacidade de acesso a bens e serviços necessários para a sobrevivência material no dia a dia.

A pobreza rural possui algumas especificidades, uma vez que seu condicionamento ao acesso a bens de consumo, em especial os alimentos, é distinto do de realidades urbanas. Nesse sentido, aspectos como a posse da terra e o acesso a outros recursos produtivos são essenciais para a determinação da condição de pobreza.

Em seu livro recém-publicado, Márcio Pochmann denomina como *intocáveis* os brasileiros que agora, pela primeira vez, foram tratados com prioridade por políticas públicas que lhes abriram as portas da cidadania, em que pesem os percalços, limites e contradições registradas em meio a um modelo de desenvolvimento que permanece socialmente excludente. *Por intocável entende-se uma massa de pessoas desconectadas, parcial ou plenamente, das políticas públicas que seriam capazes de incluí-la no padrão da cidadania existente no país, em geral circunscrito à elite* (POCHMANN, 2014, p. 8). Mais adiante, o mesmo autor expressa com muita precisão que, *nos seus mais de cinco séculos de existência, o Brasil explicitou como poucos a sua inegável capacidade de produzir e reproduzir uma sociedade profundamente iniqua* (POCHMANN, 2014, p. 11).

Pobreza e desigualdade, com a segunda alimentando e reproduzindo a primeira. Não cabe aqui discorrermos sobre esse quadro secular, já exaustivamente analisado por muitos autores. Melhor proveito é nos determos sobre as políticas públicas recentes aplicadas ao enfrentamento desse círculo vicioso e, em particular, aquelas voltadas para a agricultura familiar, assentados de reforma agrária e populações tradicionais. Se tomarmos como referência o período do ainda inconcluso governo Dilma, que assumiu como prioridade principal o enfrentamento da extrema pobreza, podemos conferir o que avançou nesse campo, que estratégias deveriam ter sido incorporadas ou que foram adotadas de forma inconsistente, o que se apresentou como entrave e que aprendizados já podem ser sistematizados.

Os artigos que compõem esta edição trazem exemplos vivos da realidade rural brasileira recente, atentando para o efeito de um conjunto de programas e ações do governo federal nos planos local e territorial, e em especial o papel do Programa

Bolsa Família. Eles ajudam a visualizar suas repercussões em regiões e sub-regiões com contextos bastante diferenciados. As aquisições institucionais de alimentos, propiciadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atestam as potencialidades dessa via e, ao mesmo tempo, os desafios e indefinições que perduram. Os programas oriundos da formulação e aplicação de práticas de convivência com o semiárido, com destaque para aqueles orientados para a garantia de água para consumo doméstico e para a produção, representam uma das mais felizes construções de política pública, a partir da concepção e participação protagonista da sociedade civil, via Articulação do Semiárido (ASA). Mostram ainda as iniciativas de fomento, que associam a assistência técnica e a transferência de recursos não reembolsáveis, voltadas para a inclusão produtiva, entre outros componentes do Plano Brasil sem Miséria. Mas os textos revelam também grandes ausências, como a falta de disposição para lidar com o tema do acesso à terra, que afeta tantos domiciliados no meio rural, cujas condições muitas vezes degradantes têm sido surpreendentemente ignoradas em um plano que visa justamente acabar com a pobreza.

O artigo de Ribeiro, Galizoni, Moreira e Ayres retrata o papel que essas políticas públicas vêm exercendo no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, no enfrentamento de condições adversas. Vale observar a descrição sobre a utilização dos recursos vindos de programas de transferência de renda e o emprego de estratégias camponesas, inclusive com positivas repercussões sobre a segurança alimentar e sobre a preservação do patrimônio das famílias agricultoras. Da mesma forma, ressalta o papel desempenhado pelos programas de convivência com o semiárido e, não de menor importância, os efeitos sobre a organização política das famílias mais empobrecidas, por meio do fortalecimento de suas associações, sindicatos e grupos de trabalho de comercialização.

O artigo de Martins discorre sobre as iniciativas de inclusão produtiva no Sertão do Araripe, em Pernambuco, e reafirma algumas das percepções apontadas pelos autores do texto sobre o Vale do Jequitinhonha. Ao descrever as condições de vida local, em particular as dificuldades enfrentadas pelos mais pobres no acesso aos serviços públicos, identifica resultados positivos das ações de diferentes programas que compõem o PBSM, mas também problemas devidos a imperfeições nos mecanismos de execução. Ressalta a importância que o Bolsa Família exerceu no contexto da seca que atinge a região já por três anos consecutivos e chama a atenção para o fato de que essas políticas públicas são mais efetivas quando implantadas em situações com níveis razoáveis de organização da sociedade local.

A síntese do estudo realizado por Oliveira e Asevedo, acerca da trajetória do assentamento Roseli Nunes, no Mato Grosso, discute os mecanismos de exclusão de trabalhadores do campo e sua luta para resistir e conquistar condições dignas de vida. Demonstra como o enfoque agroecológico associado a políticas de apoio à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), abre perspectivas para a criação de respostas concretas para a inserção produtiva de famílias mais pobres sem que elas sejam submetidas a novas relações de dependência política e econômica. Por outro lado, traz à tona a ameaça hoje frequente no mundo rural relacionada à presença de empresas mineradoras, obrigando as famílias a criarem novas iniciativas de resistência e luta.

O estudo sobre as redes de cooperação e Agroecologia no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, trazido por Marques, Mendonça, Medeiros e Pettenon, demonstra bem o quanto a agricultura ecológica pode ser potencializada quando obtém a renda egressa dos programas de aquisição institucional de alimentos. Ressalta também que a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento rural é capaz de equacionar as dimensões social, ambiental e econômica, a partir da mobilização de atores coletivos articulados em redes territoriais.

A experiência do Fundo Dema, descrita por Carvalho e Galvão, indica uma concepção inovadora para o financiamento de projetos comunitários conduzidos por organizações da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais. Instituído por organizações da Amazônia, o Fundo demonstra o potencial emancipador de iniciativas de financiamento não condicionadas pela lógica do sistema financeiro e que não impõem caminhos únicos para a inclusão social para as mais variadas formas de expressão e existência dos povos do campo.

Um caso significativo de fora do Brasil é também publicado nesta edição. Trata-se do texto de Dregger, que aborda as enormes dificuldades atualmente enfrentadas pelos agricultores tradicionais da região do Alentejo, em Portugal. Em destaque, as consequências que as novas e descabidas exigências normativas produziram sobre os pequenos produtores, colocando em risco valores culturais, conhecimentos e práticas tradicionais. Mas lá como cá, as comunidades resistem.

Por fim, para fechar a edição, apresentamos entrevista recentemente concedida à *Rede AgriCulturas* por Olivier De Schutter, ex-Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação. Com grande lucidez, ele aponta aspectos centrais relacionados à tendência de crescente mercantilização dos alimentos e que configuram reais ameaças à agricultura familiar e à soberania alimentar. De Schutter afirma sua convicção nos sistemas alimentares locais e na Agroecologia como estratégias para o futuro da alimentação e da agricultura e exorta a necessidade de uma maior integração entre as políticas agrícolas e alimentares.

Muitos aprendizados podem ser extraídos desta edição de *Agriculturas*, mas me permito destacar dois deles. O primeiro refere-se à importância da organização social perante a aplicação de políticas públicas. Não basta que essas políticas tenham uma boa concepção se não existe a participação social. O segundo é buscar naquilo que já foi experimentado a inspiração para novas proposições de políticas. Fica então bem demonstrado que devemos escutar os anseios das populações locais, que retratam as necessidades que são efetivamente sentidas.

Francisco Menezes

Pesquisador do Ibase e da ActionAid Brasil
<chico@ibase.br>

Referências bibliográficas:

- POCHMANN, 2014. *A vez dos Intocáveis no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- ROMANO, J. Ver em <<http://aspta.org.br/revista/v5-n4-superando-a-pobreza-rural/>>

Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro¹

Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni,
Thiago M. B. Moreira e Eduardo Barbosa Ayres



Autoconsumo

Quando se pergunta aos agricultores familiares do Alto Jequitinhonha como conseguem seus alimentos, eles costumam responder que consomem *feijão de si mesmo*, expressão que significa que vivem daquilo que produzem: dos *bichos do terreiro*, das lavouras de *mantimentos* e das hortas de *miunças*. Essa produção acontece ao sabor da oferta de recursos da natureza, pois a Revolução Verde passou longe de seus sítios, de forma que raramente usam insumos industriais e externos para conseguir alimentos.

Técnicos e cientistas quase sempre consideram essa forma de produção dos meios de vida como atrasada, porque não usa adubo, trator ou veneno, porque vende pouco e não compra quase nada. Pode ser que às vezes seja. Mas nem sempre é. No caso do Alto Jequitinhonha, definitivamente não é, pois essas famílias rurais conseguem produzir seu sustento, acessar mercados locais e se apropriar de programas públicos. E fazem isso sem abrir mão da qualidade da sua produção, limpa e soberana.

E é isso o que este artigo procura mostrar. Resultado de pesquisas feitas na região, o artigo analisa como agricultores familiares criam estratégias que combinam produção independente e acesso a programas públicos com o propósito de conseguir melhorias na qualidade de vida. Mostra que nem sempre autoconsumo se identifica com pobreza e degradação ambiental, mas que, ao contrário, pode basear estratégias sustentáveis de reprodução e de uso de recursos. Além disso, é possível verificar que tais práticas trazem efeitos positivos para a economia do território e até, pensando em termos macroeconômicos, para o setor de bens duráveis de consumo.

Sustento

No Alto Jequitinhonha, existem duas estações bem definidas: *seca*, o período da estiagem, e *águas*, a época das chuvas. As atividades produtivas que



Feira livre da cidade de Couto de Magalhães de Minas, Alto Jequitinhonha



acontecem em cada estação são muito específicas: é a lavoura nas águas e o beneficiamento do produto na seca. Nas águas, a roça produz as culturas anuais, conhecidas como *mantimentos*. Já quando acaba o trato desses cultivos, nos meses de fevereiro, março e abril, o trabalho da família vai para a horta e para o beneficiamento na indústria doméstica, de onde saem verduras, a rapadura e as farinhas de milho e mandioca. A produção dos mantimentos sempre foi atrelada aos ciclos da natureza, à abundância e à escassez definidas por mais ou menos chuvas. Esses ciclos fazem com que as pautas alimentares sejam muito sazonais, em parte definidas pelo que se produz ou se extrai na época: derivados do milho e da mandioca, frutas nativas (pequi, jaca, mangaba) e folhas extraídas (como *gondó* e *beldroega*).

Na memória camponesa, a época mais farta de alimentos coincidia com o início da estação seca – abril, maio e junho – e a colheita das roças. Na seca, ao contrário do que poderia parecer, a alimentação era muito mais abundante que no tempo das águas, porque as tulhas estavam cheias e os engenhos ativos. O princípio das águas – novembro, dezembro e janeiro – era época de maior restrição alimentar, pois marcava o momento em que a família preparava nova lavoura e o estoque de mantimentos colhidos na safra anterior se esgotava. Janeiro era o mês da *precisão* e do maior consumo de produtos da coleta. Afinal, além de haver um intervalo entre

¹ As pesquisas que originaram este artigo foram apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), aos quais os autores agradecem.



Produção e secagem da rapadura na forma no engenho do Senhor Nazário, em Capelinha, Alto Jequitinhonha

plantar e colher, nem sempre o mantimento colhido durava para todo o período, sendo necessária uma certa parcimônia para abastecer a família. Nessa situação de vulnerabilidade, as reciprocidades sociais eram muito importantes para garantir o sustento, e as pessoas falam do *tempo antigo*, quando os mais necessitados circulavam pelas comunidades pedindo doações que os ajudassem a passar por essa fase de privação.

Já nos dias atuais, dizem que o *povo foi espertando* e aprendendo a eliminar a escassez. Numa avaliação sobre suas condições de alimentação, 88% dos agricultores pesquisados na região consideraram suas condições entre ótimas e boas, 10% dos entrevistados consideram-nas regulares e apenas 2% consideram-nas ruins ou péssimas. As famílias buscaram recursos para lidar com a escassez na migração sazonal, nas feiras livres municipais e nos programas públicos. E foi por meio deste último recurso que muitas famílias camponesas criaram novas estratégias, tendo como base as conquistas de direitos como as aposentadorias e pensões, e depois com os programas de transferência de renda e de compras institucionais. Estes programas deram mais folga às despesas e se transformaram em instrumentos de dinamização das economias locais. Mas, para compreender esse novo dinamismo, é preciso lembrar o princípio básico: o *sustento*, entendido como autonomia alimentar, vem da lavoura.

Programas

No Jequitinhonha, os programas públicos distributivos são executados numa sociedade camponesa que valoriza a produção autônoma dos alimentos. Ao serem implementados em combinação com estratégias locais, alguns desses programas geraram resultados surpreendentes. Assim, depois de uma década de mudanças na gestão, na negociação e no gasto com programas de desenvolvimento, uma série de mudanças podem ser percebidas nas moradias, na aquisição

de equipamentos produtivos e eletrodomésticos e no conforto material das famílias rurais. Mudaram os padrões de consumo, e alguns resultados do avanço material aparecem, por exemplo, na saúde das crianças, nos dentes de adultos e no zelo com a saúde.

O crescimento do número de aposentados e pensionistas e a expressiva cobertura do Programa Bolsa Família produziram um crescimento contínuo da renda monetária nas áreas rurais. E como essa população camponesa do Jequitinhonha tem acesso à terra – embora às vezes seja um acesso precário a glebas muito pequenas –, também tem asseguradas as condições de plantio, usando técnicas costumeiras que não implicam em outra despesa que não seja o gasto da força de trabalho familiar.

A combinação de aposentadorias e Bolsa Família atendendo famílias com terra, gerou crescimento e estabilização da renda monetária. Aliada à da produção de autoconsumo, essa renda assegurou a perenidade da oferta de alimentos e eliminou o hiato sazonal de abastecimento das famílias camponesas do Jequitinhonha que ocorria no *tempo das águas*. As transferências públicas forneceram parte do dinheiro para alimentação, acabaram com o ciclo anual de insegurança alimentar e, principalmente, com seus efeitos negativos: as dívidas, a *precisão*, o trato do trabalho a preço baixo. Protegida pelas transferências, a família não perde patrimônio e não vende às pressas animais ou ativos acumulados no decorrer dos anos.

No esboço das suas estratégias de reprodução, lavradores do Jequitinhonha hierarquizam os bens que venderão nas situações de aperto: primeiro as *criações*, na seguinte ordem - as aves, depois os porcos e por fim os bovinos; passando então aos jumentos, cavalos e burros de serviço; por fim, venderão patrimônio: equipamentos, máquinas e ferramentas.



Torra da farinha em Chapada do Norte, Alto Jequitinhonha

Assegurando alimentos em épocas de crise, os programas de transferência são meios de evitar perder patrimônio e reestimularam a produção de autoconsumo. A roça é feita em área escolhida de acordo com critérios baseados no conhecimento dos recursos naturais, fugindo dos riscos de seca e inundação, evitando despesas, diversificando oportunidades e ajustando-se à capacidade familiar de trabalho. Aliado ao conhecimento preciso dos recursos da natureza - a base móvel do conhecimento tradicional - o poder renovado para entrar nos mercados locais garante abastecimento estável e renda em dinheiro para a família camponesa.

As pesquisas feitas no Alto Jequitinhonha mostram outra potencialidade encoberta da roça de mantimentos: a capacidade que as famílias agricultoras têm de se alimentar em quantidade e qualidade superior à média da população urbana do Brasil, e isso devido à produção de autoconsumo. O Quadro a seguir apresenta a dieta média de camponeses que têm terra e acessam políticas públicas. Composta de quatro refeições diárias, consideradas pelas famílias

como sendo saudáveis e fortes, a dieta é também autônoma, soberana e adaptável.

Mercados

Apesar da segurança adquirida em termos de abastecimento alimentar, esses agricultores ainda estão longe de conseguir um desempenho equivalente na conquista de mercados. Sua produção permanece restrita às feiras livres municipais, aos circuitos próximos alcançados pela indústria doméstica e aos mercados de produtos do artesanato, que são marcados pela incerteza. No entanto, esse quadro vem mudando, uma vez que os programas públicos distributivos deram um novo alento não só a esses mercados, mas também às feiras livres, aos circuitos comunitários de trocas e aos mercados institucionais.

Um aspecto que contribuiu para dinamizar o mercado local de alimentos está relacionado ao fato de que mulheres e idosos – público-alvo dos programas de aposentadorias e

Quadro 1. Composição da pauta alimentar média de famílias rurais dos municípios de Turmalina, Veredinha e Minas Novas (2010)

Refeição	Composição mais frequente
Tira-jejum, <i>tirijum</i> ou desjejum	café, leite, pão caseiro, biscoito, broa, queijo, mandioca cozida, requeijão, ovo
Almoço	feijão, arroz, carne, verdura crua ou cozida em <i>molho</i>
Merenda	café, leite, quitanda, mandioca cozida
Jantar	mesmo cardápio do almoço, com alimentos de fácil digestão

Fonte: Pesquisa de campo (2010)



Estudantes do Curso Médio em Agropecuária, frequentado em regime de alternância por dirigentes sindicais do Jequitinhonha, durante aula de fruticultura no Campus UFMG em Montes Claros

bolsas – tendem a priorizar os gastos com a própria família, constituindo assim um novo público consumidor nos pequenos municípios do Vale do Jequitinhonha. Dois indicadores atestam esse crescimento. De um lado, as dimensões das feiras livres: no intervalo entre 2005 e 2012, o número de pontos de vendas nas feiras cresceu em média 20%, revelando a expansão de oferta e de consumidores. De outro lado, uma pesquisa de 2012 revelou a força dos circuitos locais e comunitários de vendas. Esses canais se igualam às feiras, superam o volume das vendas para intermediários e as vendas diretas para supermercados e atacadistas, demonstrando o potencial da compra local, dos negócios feitos na vizinhança.

Além desses benefícios, vários programas públicos alavancaram a economia rural na região ao focarem seus recursos para compras de alimentos no próprio local, caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, foi criado o Programa Leite Pela Vida, gerido pelo governo de Minas Gerais com fundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que adquire leite de produtores chamados de *pronafricanos*, aqueles contemplados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Essas compras institucionais têm um efeito desigual no espaço, sendo mais acentuadas em alguns locais, menos importantes em outros, porque dependem bastante da capacidade de articulação dos próprios grupos, das associações e da qualidade dos mediadores. Em certos municípios, como Veredinha e Turmalina, por exemplo, onde a sólida organização de base conta com a assessoria do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais e do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), os agricultores conquistaram a exclusividade nas bancas da feira livre, fecham contratos que alcançam 90% das compras das escolas, e estabeleceram relações privilegiadas com os supermercados e empórios do centro urbano. Nesses dois casos, a conquista dos mercados próximos foi baseada também num movimento organizado de valorização do produto local, da agricultura familiar e numa valorização do programa público.

Esse movimento não é apenas econômico, mas tem também um forte componente político. Antes do advento dos programas, já existia uma atuação camponesa que fortalecia as organizações de base – associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de trabalho de comercialização. Um dos esforços feitos por essas organizações desde os anos 1990, talvez o maior esforço, foi para *construir* mercados, ou seja, descobrir e ocupar espaços e pontos de venda, agregar

valor à produção agrícola, criar vínculos estáveis com os consumidores.

Existem na região outros notáveis casos de sucesso, como as associações de apicultores e os polos de excelência do artesanato em argila e da indústria doméstica. Neles, o esforço para construir mercados foi combinado com a ocupação de espaços políticos na gestão de projetos, conquistados numa disputa travada no âmbito dos conselhos de desenvolvimento, dos programas territoriais e das secretarias municipais. Outro fator que também contribuiu para que essas experiências fossem bem sucedidas foi a criação de estruturas de suporte, como redes de informação, assistência técnica adaptada e fundos rotativos de crédito. Esses movimentos devem ser lidos ainda à luz da emergência política de povos tradicionais, que entre outras causas trouxe à tona a valorização da pauta produtiva e da dieta locais, a necessidade de reduzir a pegada ecológica e a afirmação da soberania alimentar.

Consumo

As melhores condições para se alimentar, vindas da renda em dinheiro, se transformaram em melhoria de qualidade de vida e aumentaram o poder de compra dos lavradores da região. Ocorreu crescimento do número de

pontos de vendas de bens duráveis, a ponto de praticamente todas as cidades da região, cidades entre 5 e 10 mil habitantes, terem uma loja de eletrodomésticos. A rede Eletrozema, por exemplo, mantém lojas em 15 dos 40 municípios do Jequitinhonha. Em Lufa, distrito de apenas 200 habitantes, existem duas lojas de eletrodomésticos. Vendinhas, povoado de 30 casas no município de Capelinha, tem loja de revenda de computadores.

Pesquisa realizada por esta equipe em 2010/2011 em 250 domicílios das áreas rurais de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região mostrou que existem fogão a gás e geladeira em aproximadamente 80% dos domicílios. Cerca de 15% das famílias rurais têm automóveis, e as motocicletas – bens de consumo preferidos desses agricultores familiares – existem em quase 50% das residências pesquisadas, chegando a 80% em alguns municípios.

Mas as principais evidências da melhoria de vida das famílias na região estão nos indicadores consolidados e comparáveis. Comparando dados do Censo Demográfico de 2000 e dados de pesquisa de campo de 2010 sobre energia elétrica, água e banheiros em domicílios, percebe-se a evolução positiva em todos os indicadores. Os números de 2010 apontam que mais de 90% das famílias rurais pesquisadas dispõem de energia elétrica, mais de 80% delas têm água e mais de 60% têm banheiro dentro de casa. A importância desses indicadores cresce quando se considera que as informações de 2000 dizem respeito ao conjunto da população dos municípios, inclusive da área urbana, onde é maior a oferta de serviços e bens, enquanto os dados de 2010 se referem apenas à agricultura familiar. Essas condições materiais mais favoráveis se devem em parte aos programas distributivos e à universalização da eletrificação rural, que possibilitaram a compra de geladeira, TV e outros eletrodomésticos. Com a elevação da renda monetária e os programas de convivência com o semiárido, que desde o começo dos anos 2000 construíram mais de 400 mil caixas de captação de água de chuva, as famílias puderam melhorar residências e incorporar um bem-estar que não existia no ano 2000.

Nas áreas rurais, esses equipamentos produzem efeitos que vão além do conforto material, da sanidade e do bem-estar, pois reduzem o sacrifício das tarefas domésticas. Tendo água e energia em casa, as mulheres não precisam mais carregar potes na cabeça por distâncias que às vezes ultrapassavam o quilômetro, bem como não se deslocam mais para lavar roupa em rios e córregos. Esses dados indicam conforto material, mas também liberação de pessoas de ocupações penosas e melhoria objetiva na vida doméstica cotidiana.

João Domingos, presidente da Associação dos Feirantes de Turmalina, e Maria Creuza, sua esposa



Assim, programas públicos inovadores se combinaram bem com os costumes locais. Para tanto, mostrou-se fundamental o fortalecimento das comunidades rurais, a continuidade das práticas costumeiras de lavoura e a persistência das redes de proteção do núcleo familiar, que garantem a redistribuição dos bens e recursos tradicionais, dos quais a terra é o principal. Desse modo, grupos, associações e comunidades camponesas desenvolveram capacidades para dialogar com diversos atores e setores, conquistar programas públicos, atrair benefícios para suas localidades, transformar programas e recursos em ganhos e, sobretudo, compatibilizar inovações de programas públicos com tradições camponesas. E essas alianças – entre costume e inovação, ação familiar e pública – são as alavancas para melhorar as condições de vida dessa população rural.

Eduardo Magalhães Ribeiro
Pesquisador CNPq, bolsista Fapemig,
professor UFMG
eduardomr@pq.cnpq.br

Flávia Maria Galizoni
Professora UFMG
flaviagalizoni@yahoo.com.br

Thiago M. B. Moreira
Bolsista CNPq
thiagomarc2004@yahoo.com.br

Eduardo Barbosa Ayres
Técnico do IDENE/MG
eduardoturmalina@yahoo.com.br

Geralda Chaves Soares na UFMG em aula sobre história indígena para estudantes do Curso Médio em Agropecuária, frequentado em regime de alternância por dirigentes sindicais do Jequitinhonha.



As mulheres produzem alimentos
e conquistam sua autonomia

Foto: Adriana Noya

Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2): uma iniciativa inovadora para o enfrentamento da pobreza rural

Marilene Souza



Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2) é uma das ações para promover a convivência com o semiárido colocadas em prática pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)¹ no curso dos últimos 15 anos. Ele foi concebido para fortalecer os efeitos e dar sequência ao Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC) e está voltado a dinamizar processos de desenvolvimento rural na região.

Implantado em nove estados abrangidos pelo semiárido brasileiro², o PI+2 orienta-se à criação das condições para que as famílias agricultoras intensifiquem sua produção de alimentos para o consumo familiar e/ou para a venda. O nome conferido ao Programa busca ilustrar o seu alcance, que leva *duas águas* para *uma mesma terra*. A *primeira água* é aquela destinada ao consumo humano, que foi viabilizada pelas cisternas construídas pelo PIMC. Já a *segunda água* (+2) é a voltada à produção.

A proposta central do programa é que as famílias agricultoras tenham acesso à terra por meio de tecnologias de captação e armazenamento de água das chuvas e do domínio de conhecimentos para a gestão dos recursos hídricos visando o fortalecimento de estratégias de produção com base no princípio da *convivência com o semiárido*.

As famílias que recebem as tecnologias implementadas pelo programa participam necessariamente de três momentos de capacitação e trocas de experiências. O primeiro deles é o curso Gestão da Água para Produção de Alimentos (Gapa), que aborda questões relacionadas aos processos produtivos envolvendo princípios agroecológicos e manejos sustentáveis da água armazenada. Outro é o Sistema Simplificado de Água para Produção (Sisma). Finalmente, o terceiro momento promove intercâmbios, que configuram instrumentos metodológicos que enriquecem o processo de formação e capacitação. Baianos acolhendo mineiros, mineiros visitando pernambucanos e assim por diante. Dessa forma, compartilham aprendizagens sobre suas estratégias de produção, manejo e estocagem de recursos (água, sementes, forragens, alimentos, etc.), condição indispensável para uma agricultura em convivência com o semiárido.

Implementações do PI+2

Um conjunto de tecnologias sociais são viabilizadas pelo PI+2 no sentido de captar e armazenar as águas das chuvas.

Desde que foi inaugurado, em 2007, até março de 2014, o PI+2 já havia construído 25.917 cisternas-calçadão, 8.736 cisternas-enxurrada, 6.560 barreiros-trincheira, 1.053 barragens subterrâneas, 827 tanques de pedra, 1.813 barraginhas e 503 bombas d'água popular (BAPs) (ASA, 2014). A seguir, apresentamos uma breve descrição de algumas dessas tecnologias.

Cisterna calçadão

Infraestrutura com capacidade para armazenar 52 mil litros de água captada por meio de um calçadão de cimento de 200 m², construído sobre o solo. A água armazenada ge-

ralmente é destinada a pequenas irrigações nos quintais domésticos e à dessedentação dos animais.

Cisterna enxurrada

Infraestrutura similar à anterior, sendo que o terreno não pavimentado é utilizado como área de captação. Antes de entrar na cisterna, a água das chuvas que escorre pela área de captação passa por duas ou três pequenas caixas que funcionam como decantadores.

As mulheres têm seu trabalho e conhecimento valorizados



Foto: Fred Jordão

Bomba popular garante água para os animais

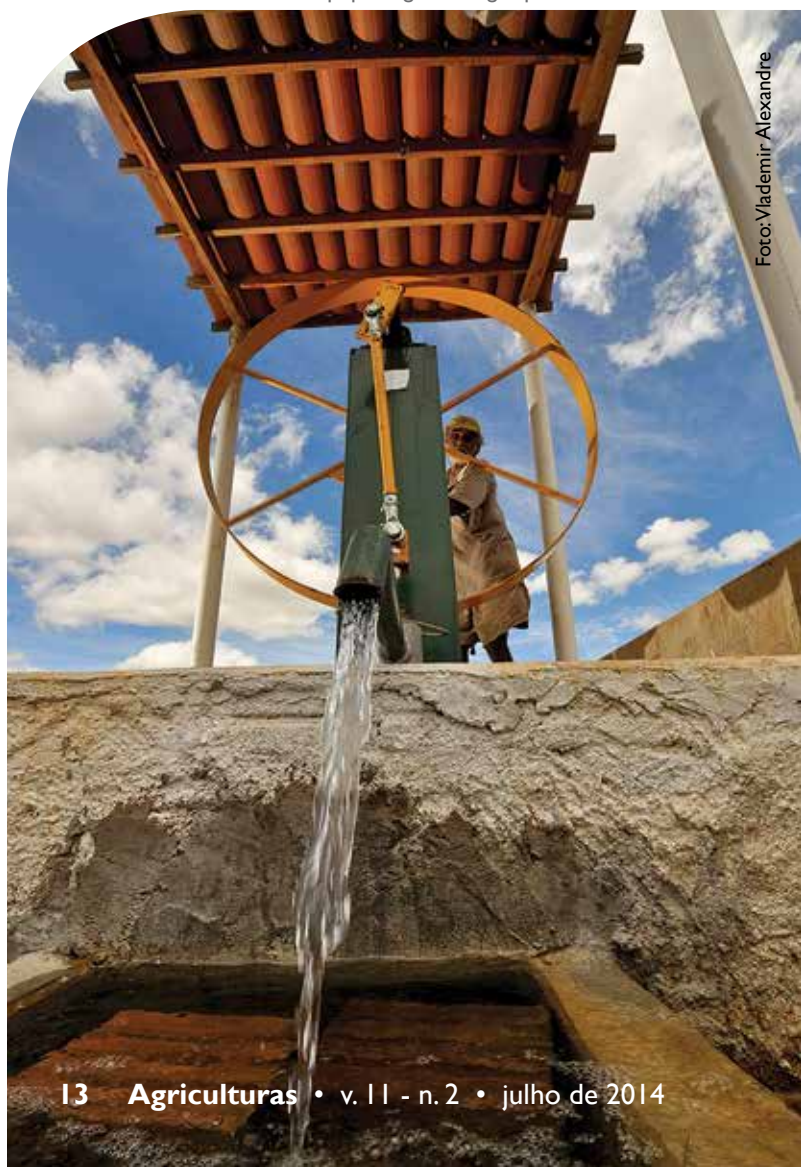


Foto: Vladimir Alexandre

¹ AASA Brasil congrega mais de 1.200 organizações da sociedade civil brasileira.

² Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará, Sergipe, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Norte



Com os tanques de pedra, famílias e comunidades rurais aumentam e diversificam seus estoques de água para atender suas diferentes demandas com reservas hídricas de diferentes qualidades

Barreiro-trincheira

Trata-se de um barreiro revestido por lona plástica, construído em terrenos planos e profundos. Para evitar a perda da água pela evaporação, o barreiro é coberto com telhas de fibrocimento. As unidades mais comuns têm capacidade de armazenamento de aproximadamente 132 mil litros de água e seu custo é considerado baixo se levarmos em conta a quantidade de água que pode ser acumulada por vários anos.

Barragem subterrânea

Refere-se a uma infraestrutura que retém a água do escoamento superficial e de pequenos riachos, armazenando-a no subsolo. A umidade adquirida no período chuvoso permanece por um tempo maior no solo, onde podem ser plantadas fruteiras, hortaliças, etc. Essa tecnologia vem transformando a paisagem em propriedades de muitas famílias do semiárido.

Tanque de pedra

Trata-se de uma escavação em maciços rochosos e lajedos, formando fendas largas, barrocas ou buracos naturais, que configuram áreas de captação de água de chuva. Para aumentar a sua capacidade de armazenamento, são erguidas paredes de alvenaria, na parte mais baixa ou ao redor, que funcionam como barragens para acumulação de água.

Barraginha

A barraginha é um açude pequeno construído em terrenos desgastados pela erosão, tendo a forma de um semicírculo com aproximadamente 16 metros de diâmetro. As

barraginhas apresentam melhores resultados quando são construídas em série no decorrer de uma topossequência. Dessa forma, ao terem seus reservatórios cheios, elas sangram, liberando água para abastecer as barraginhas posicionadas mais abaixo na paisagem.

Bomba d'água popular (BAP)

O objetivo da BAP é extrair água subterrânea de poços artesanais desativados. Trata-se de um equipamento manual que possui uma roda volante. Com pouco esforço físico, essa roda é acionada, puxando grandes volumes de água. A bomba pode ser instalada em poços de até 80 metros de profundidade. Nos poços de 40 metros de profundidade, o artefato é capaz de bombear até mil litros de água em uma hora. É uma tecnologia de uso comunitário, de baixo custo e fácil manuseio.

Inovações associadas

Articuladas às ações e tecnologias viabilizadas pelo PI+2, as organizações e famílias desenvolvem várias iniciativas de manejo e gestão de recursos produtivos voltadas a potencializar o aumento e a estabilização da oferta hídrica nos sistemas produtivos. Dentre essas iniciativas, destacam-se as casas ou banco de sementes, as agroflorestas e os quintais produtivos.

Conquistas, limites e dificuldades a serem superadas

Um dos aspectos que ressaltam na abordagem político-metodológica do PI+2 é o papel de protagonismo que as famílias agricultoras assumem, ao deixarem de ser concebidas

como beneficiárias passivas de programas públicos e passem a ser consideradas como sujeitos de direitos capazes de desenvolver seus próprios projetos de vida. Essa mudança de enfoque diferencia o PI+2 dos programas convencionais de desenvolvimento rural ou daqueles voltados à inclusão produtiva das famílias mais pobres, proporcionando a criação de ambientes sociais que favorecem o fortalecimento do tecido associativo e as relações de reciprocidade e de solidariedade.

As tecnologias sociais voltadas ao manejo dos recursos produtivos têm levado a uma significativa melhoria nos níveis de segurança alimentar e nutricional das famílias. O excedente das produções familiares é destinado à venda em circuitos curtos de comercialização, como feiras agroecológicas e, em alguns casos, mercados institucionais. A água armazenada nas infraestruturas instaladas pelo programa contribui também para a manutenção dos plantéis dos pequenos animais, elevando a oferta de proteína animal na dieta alimentar das famílias.

Alguns aspectos, no entanto, continuam comprometendo a otimização do potencial das ações do programa. As reduzidas dimensões de muitas propriedades no semiárido impedem que as famílias armazenem maiores volumes de água necessários à produção e ao estoque de alimentos para consumo familiar e dos animais. Nesse sentido, para que a proposta de inclusão produtiva evolua na área rural, é necessário que a agenda política relacionada ao acesso à terra e à defesa dos territórios das comunidades tradicionais seja priorizada.

Além disso, as políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater) e de crédito rural precisam ser reorientadas de modo a fortalecer as estratégias de convivência com o semiárido que vêm sendo aprimoradas de forma descentralizada pelas famílias agricultoras e suas comunidades.

Há relatos de que as famílias incluídas no PI+2 têm conseguido enfrentar as sucessivas secas dos últimos anos em melhores condições do que em períodos anteriores, quando não tinham como armazenar a água das chuvas. Uma das evidências é o fato de que não foram registradas ocorrências significativas de migração, um fenômeno sempre presente no semiárido durante períodos de seca.

A capacidade que as famílias integradas ao PI+2 vêm demonstrando para aprimorar suas estratégias de produção e estocagem de recursos indica um caminho promissor para que o semiárido brasileiro se torne uma região cada vez mais produtiva e sustentável. Essa é a razão pela qual a ASA Brasil defende um modelo de desenvolvimento rural orientado pelo enfoque agroecológico.

Marilene Souza

Mestre em Desenvolvimento Social,
coordenadora de articulação do CAA-NM e membro da
coordenação executiva da ASA Brasil
lenacaa@gmail.com



A livre circulação de conhecimento
para superação da pobreza



Maria Aparecida de Oliveira Siqueira, agricultora do povoado de Santa Rita, município de Ouricuri, e seu projeto de reestruturação do quintal

Inclusão produtiva no combate à pobreza rural: ensinamentos do Sertão do Araripe (PE)

Maíra Martins

Ao longo da primeira década dos anos 2000, verificaram-se no Brasil importantes avanços no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais, entre eles, o fato de 28 milhões de pessoas terem sido oficialmente retiradas da pobreza. Em 2010, porém, estimava-se que mais de 16 milhões de pessoas permaneciam vivendo em situação de extrema po-

breza no país (IBGE, 2010).¹ Os dados revelaram também a persistência de grandes desigualdades, apontando para uma maior concentração nas regiões Norte e Nordeste, com 9,6 milhões de pessoas em situação de pobreza ex-

¹ O critério utilizado para caracterizar famílias em extrema pobreza foi o da renda *per capita* inferior a R\$ 70 mensais.

trema. Revelaram ainda que no meio rural brasileiro, uma em cada quatro pessoas se encontrava em situação de extrema pobreza. Diante desse quadro, o recém-empossado governo Dilma lançou em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população extremamente pobre, por meio de mecanismos de promoção da inclusão social e produtiva dessas famílias.²

Este artigo apresenta uma síntese da pesquisa exploratória realizada em 2013 pela ActionAid Brasil, que buscou compreender como as ações, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, estavam incidindo na vida das pessoas em situação de extrema pobreza. Em especial, foi observada a experiência da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), voltada à inclusão produtiva rural executada pela organização Caatinga, no Sertão do Araripe, região semiárida do estado de Pernambuco. Foram realizadas entrevistas e formados grupos focais com agricultores, técnicos do Caatinga e de organizações parceiras, bem como foram feitas visitas às propriedades de algumas das famílias que participaram da chamada.

O Sertão do Araripe

O Território Sertão do Araripe³ está localizado na porção mais ocidental de Pernambuco. De acordo com os dados do último censo (IBGE, 2010), a região conta com uma população de 307.658 habitantes, sendo 46% residente na área rural. Marcada pela presença expressiva da agricultura familiar, parcela significativa da população encontra-se em situação de pobreza, sendo que, segundo o diagnóstico que referencia o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, 48.270 famílias estavam inscritas nos programas de transferência de renda (MDA; Fotear; IADH, 2011). A população do território sofre com sérios problemas de acesso aos serviços públicos de saúde e transporte, ausência de saneamento, escassa e precária infraestrutura hídrica e altos índices de analfabetismo. O avanço do desmatamento e das queimadas, os impactos da produção de gesso e do uso da vegetação nativa como fonte de biomassa para geração de energia e o crescente uso de agrotóxicos figuram entre os principais problemas ambientais na região.

Mas se de um lado o contexto socioambiental da região é adverso, de outro, o território é caracterizado por

intensa mobilização social promovida por organizações de base da agricultura familiar orientadas pelo princípio da convivência com o semiárido. Essas organizações exercem forte controle social sobre as políticas públicas, fato percebido nas dinâmicas de funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e do Fórum Territorial do Araripe (Fotear). O Caatinga é um dos mais relevantes atores de articulação da sociedade civil, exercendo papel destacado na formulação de proposições para o desenvolvimento territorial no Araripe.

Mobilização para inclusão produtiva rural

O eixo de inclusão produtiva rural do PBSM tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva e garantir acesso à renda e à produção para autoconsumo para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza. Para tanto, lança mão de um conjunto de ações, como o acesso a sementes, os programas Água para Todos e Luz para Todos, assistência técnica e uma linha de fomento à produção. O programa de fomento associou assistência técnica e transferência de recursos não reembolsáveis – no valor de R\$ 2,4 mil por família – para que os agricultores desenvolvessem projetos de estruturação produtiva.

A chamada pública de Ater do Plano executada pelo Caatinga, no período de dezembro de 2011 a março de 2013, envolveu 1.040 famílias distribuídas em quatro municípios: Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade. O Caatinga deveria identificar essas famílias a partir de listas fornecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).⁴ No entanto, a entidade enfrentou algumas dificuldades nesse processo de identificação e mobilização, já que nunca havia mantido contato com parte expressiva dessas famílias. Além disso, a chamada de Ater não previa recursos financeiros para custear essa atividade de mobilização. Outra complicação foi que as listagens fornecidas pelo MDA apresentavam dados desatualizados, famílias que já não residiam nas localidades ou mesmo não se encaixavam no perfil de extrema pobreza. Também não foi facultada ao Caatinga a inclusão de famílias que não constavam nas listas enviadas pelo ministério, mas que se enquadravam nos critérios da chamada.

Diante desse quadro, a organização procurou os sindicatos, as associações de agricultores, o Conselho de De-

² Para mais informações, acesse a página do PBSM no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (www.mds.gov.br).

³ O território é composto por 10 municípios: Arapirina, Granito, Ipubi, Ouricuri, Trindade, Bodocó, Exu, Moreilândia, Santa Cruz e Santa Filomena. Saiba mais na seção Sertão do Araripe no site www.territoriosdacidadania.gov.br.

⁴ Essas listas eram elaboradas pelo MDA a partir do cruzamento de dados de agricultores que estivessem em situação de extrema pobreza e que possuísem Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), instrumento de identificação necessário para o acesso a políticas públicas específicas para a categoria.

envolvimento Rural e outras ONGs locais para contribuírem na identificação e na mobilização das famílias nas comunidades rurais. Além de acionar essa rede de atores locais, o Caatinga contratou uma equipe multidisciplinar de 13 técnicos oriundos dos municípios e localidades em que seriam realizadas as atividades de Ater, facilitando dessa forma a identificação das famílias e o estabelecimento de relações de confiança entre técnicos e agricultores. Essa estratégia se mostrou acertada, uma vez que vários agricultores manifestaram desconfiança e incredulidade ao serem informados de que haviam sido selecionados para receber o recurso do fomento.

Contexto de seca e a importância da inclusão produtiva rural do PBSM

No momento da realização das entrevistas e da formação de grupos focais (outubro de 2013), a região vivenciava um período de três anos de estiagem que havia impactado severamente a capacidade produtiva dos agricultores, ao comprometer os estoques de água, de sementes e de alimentos para os animais. Ações emergenciais de combate à seca estavam em curso: carros pipas disponibilizados pelo governo local, pelo exército e também por políticos; e distribuição de milho (para ração animal) a um preço mais baixo que o de mercado pelo programa *operação seca*, o mesmo responsável pela construção de cisternas de plástico, muito criticadas pelos agricultores. No entanto, essas foram ações pontuais, com pouca capacidade de avançar na resiliência e na recuperação dos sistemas produtivos dos agricultores.

Os agricultores familiares mais empobrecidos tiveram sua produtividade muito debilitada devido à seca. Nesse momento, muitos dependiam da compra de alimentos (como feijão e arroz); haviam perdido ou vendido muitos de seus animais, que constituem a principal estratégia de poupança para atravessar os períodos de estiagem; e tinham poucas condições de entregar os produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Além disso, poucas famílias com as quais conversamos já dispunham de sistemas de captação de água de chuva do Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2). Diante dessas adversidades, ressalta-se o papel que o Bolsa Família desempenha na vida das famílias como importante fonte de renda, podendo-se dizer que ameniza as mazelas mais cruéis da pobreza no período de seca.

Nesse contexto, o fomento e a assistência técnica, mecanismos de inclusão produtiva rural no âmbito do PBSM, também tiveram um papel muito importante para a segurança alimentar e para gerar alternativas de renda das famílias agricultoras. De acordo com o Caatinga, o projeto de inclusão produtiva obteve grande adesão, e poucos deixaram de usar o recurso do fomento para atividades produtivas e saíram do projeto.

O projeto envolveu uma série de atividades de assistência técnica e acompanhamento das famílias agricultoras, entre elas: a elaboração do diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF); visitas técnicas a cada família; cursos; formações com grupos de famílias; intercâmbios de experiências entre agricultores; e a elaboração de projetos de estruturação produtiva e social familiar, nos quais foram utilizados os recursos do fomento agrícola.⁵ Ao final do processo, foram realizadas reuniões de avaliação com todos os grupos (CAATINGA, 2011).

Como mencionado, os recursos do fomento foram utilizados para colocar em prática os projetos produtivos das famílias elaborados em conjunto com os técnicos. Os principais arranjos escolhidos envolveram a aquisição de pequenos animais (galinhas, cabras, ovelhas ou porcos), por serem mais resistentes à escassez de água e alimentos e também pelo papel importante para a segurança alimentar e a garantia de renda: *porque pode vender e comer*. Outras famílias que tinham mais facilidade de acesso à água também investiram o recurso do fomento em hortas e quintais produtivos. A maioria dos beneficiários eram mulheres, que foram determinantes no desenho e na implementação dos projetos produtivos.

⁵ Os recursos do fomento agrícola, no valor de R\$ 2,4 mil, foram desembolsados em três parcelas (R\$ 1 mil; R\$ 700; e R\$ 700).

Com esse dinheiro eu comprei três cabras e quatro ovelhas, assim como o rebanho, que eu tinha uns, mas eu tive que vender pra dar de comer aos outros...Aí com o dinheiro que eu ganhei da venda das ovelhas, a gente compra ração para as outras e tá tendo que comprar pra nós comer também, porque não deu lavou-ra, né?! (Francisca, agricultora do Sítio Lagoa do Urubu)

Para muitas das famílias agricultoras em situação de extrema pobreza, a experiência da elaboração dos projetos de inclusão produtiva foi inédita, uma vez que nunca haviam recebido assistência técnica e acompanhamento continuado. Da mesma forma, poucas tinham participado de reuniões, cursos ou atividades de intercâmbio de experiências anteriormente. Optando por uma abordagem participativa, os técnicos do Caatinga buscaram identificar, estimular e valorizar o que os agricultores já desenvolviam em suas propriedades, bem como promover a troca e a construção de aprendizados sobre Agroecologia como estratégia para a convivência com o semiárido. Por terem poucos recursos e uma agricultura bastante voltada para o autoconsumo, os agricultores e agricultoras não tinham como prática usar agrotóxicos e estavam muito abertos à promoção de uma agricultura de base ecológica. Também houve muitos aprendizados envolvendo a criação de pequenos animais, compostagem, preparação de caldas, dentre outros.

E aí eu optei em criar galinha... Graças a Deus, e até através das visitas que nós fizemos, que eu não tinha nem ideia das galinhas, a gente foi na visita lá no intercâmbio lá, eu vi os cercadinho tudo, e fiz... Graças a Deus, tá tudo dando certo. Já vendi oitenta cabeças a vinte reais. Vende viva. (Agricultor de Santa Rita participante do grupo focal)



Francisca Aparecida Guedes da Silva, a Tica, agricultora do povoado de Santa Rita, município de Ouricuri

Parece que o grande ensinamento é que não pode ter uma atividade só, né?! (...) Tem que mexer com tudo, e um tá ajudando o outro também. (Agricultor de Santa Rita participante do grupo focal)

Nos grupos focais, as reuniões e intercâmbios foram aspectos muito valorizados. Mesmo alguns meses depois de finalizada a chamada, os agricultores permaneciam mobilizados e demonstravam muito interesse em dar continuidade a esse tipo de atividade.

O maior entrave identificado pelas famílias refere-se à demora nos desembolsos das parcelas do fomento. Os intervalos muito longos entre uma parcela e outra levaram, em alguns casos, a mudanças nas estratégias produtivas das famílias e na destinação do recurso, assim como ocasionaram atrasos na implementação das atividades produtivas. Contudo, a mais importante demanda apresentada tanto pelos agricultores como pelos técnicos foi a continuidade do projeto e da assistência técnica, demanda esta que até o momento não teve resposta por parte do MDA.

Para os técnicos do Caatinga, a experiência de trabalhar com o público do Programa Brasil Sem Miséria foi bastante enriquecedora e desafiadora. Além de se

tratar de um público com o qual a instituição não tinha muita experiência de trabalho, as famílias em situação de extrema pobreza sempre haviam estado à margem das políticas para agricultura familiar e pouco participavam das atividades de mobilização no campo da Agroecologia na região.

Também foi desafiador trabalhar em uma perspectiva multidimensional da pobreza, na qual os técnicos tinham papel de contribuir com orientações e informações sobre outras ações do PBSM, além de facilitar a inclusão em outras políticas e o acesso aos serviços básicos. Exemplo disso foi que, ao longo da execução do projeto de Ater, os técnicos ajudaram famílias a se inscrever no programa de acesso à água PI+2.

Já no nível operacional e de gestão do programa, o Caatinga se defrontou com muitos entraves burocráticos, que vão desde a demora do MDA em analisar e aprovar os relatórios que permitiam às famílias acessar o recurso do fomento,⁶ passando por sistemas online muito lentos, até fichas e cadastros muito extensos, que acarretam sobrecarga de trabalho para gerar um produto de duvidosa utilidade.

Aprendizados e desafios

A experiência bem sucedida de inclusão produtiva rural revelou o potencial transformador do PBSM e seu papel na garantia da segurança alimentar e na geração de renda das famílias em situação de pobreza extrema no contexto de seca. Um grande aprendizado que podemos tirar das iniciativas em curso é a importância da atuação das organizações da sociedade civil e da mobilização social para a implementação das ações e políticas públicas. A metodologia de trabalho da organização Caatinga – que incluiu a eleição de técnicos locais, um processo intenso de mobilização das famílias, a valorização do conhecimento dos agricultores e a perspectiva de convivência com o semiárido – e suas apostas na execução da chamada de

⁶ Para que uma família recebesse uma parcela do fomento, era necessário que o técnico elaborasse o projeto de inclusão produtiva e o inscrevesse online no Sistema Informatizado de Ater (Siater). Só depois da aprovação do MDA, a equipe do MDS providenciava o depósito.

Ater contribuíram para que o projeto de inclusão produtiva fosse também um processo de empoderamento das famílias agricultoras em situação de miséria.

Cabe ainda chamar atenção para a necessidade da construção de perspectivas de continuidade e aprimoramento do programa de fomento. Sem dúvida, os sistemas e processos no âmbito do governo federal devem ser revistos e simplificados de modo que não mais atrasem as atividades nem sobrecarreguem os técnicos e entidades executoras. Porém, o curto período de implementação da chamada e a ausência de perspectiva de continuidade são os pontos mais sensíveis, que inviabilizam o acompanhamento dos desdobramentos das ações e a consolidação de sistemas produtivos mais resistentes e adaptados ao semiárido.

Por fim, parece central avançar na articulação e na coordenação entre programas e ações do PBSM com outras políticas voltadas para a agricultura familiar e para possibilitar o acesso a mercados institucionais do público em situação de extrema pobreza. Em especial, no contexto do semiárido, a garantia do acesso à água, por meio de investimentos em tecnologias sociais de manejo de recursos hídricos, é imprescindível para romper círculos viciosos de reprodução da pobreza e exclusão social e avançar na luta por direitos.

Maíra Martins

Socióloga, Mestre em Ciências Sociais e
assessora de políticas da ActionAid Brasil
maira.martins@actionaid.org

Referências bibliográficas:

- CAATINGA. **Projeto ATER: Vidas Sem Miséria no Território do Araripe**. Chamada Pública SAF/ATER n° 02 /2011. Lote 12.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- MDA; FOTEAR; IADH. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Sertão do Araripe, Pernambuco**. Brasília: IADH/SDT-MDA, 2011.
- MDS. **Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/supera-cao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 11 ago. 2014.
- TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Sertão do Araripe**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodoararipepe/one-community?page_num=0>. Acesso em: 11 ago. 2014.

Do latifúndio ao assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso

Siumara Santos Oliveira e Tayrone Roger Antunes de Asevedo

Produção de hortaliças e geração
de segurança alimentar

Fotos: Arquivo Fase





Mato Grosso se apresenta como o berço do agronegócio brasileiro, sendo um dos maiores produtores de soja, milho, algodão e bovinos. Dos 141 municípios do estado, 54 possuem grandes extensões cultivadas com monoculturas onde se produzem 70% dos produtos agrícolas e são consumidos 70% dos agrotóxicos e fertilizantes químicos (PIGNATI, 2013). Essas condições são responsáveis pela criação de uma realidade de exclusão de trabalhadores do campo, marcada pelas desigualdades estruturais no acesso à terra e ao trabalho digno.

Apresentamos neste artigo alguns apontamentos sobre o processo de retomada das terras pela política de Reforma Agrária associada ao emprego do enfoque agroecológico adotado pelos camponeses no Assentamento Roseli Nunes.¹

Da terra de negócio à terra de trabalho

A fazenda Prata, localizada no município de Mirassol D'Oeste, região sudoeste do estado, distante 290 km de Cuiabá, foi um latifúndio de pecuária extensiva com mais de 15 mil hectares. Trabalhavam diretamente nessa terra pelos menos 13 famílias agregadas, sendo a maioria contratada de forma indireta por meio de *gatos*,² uma estratégia de recrutamento de mão de obra utilizada por fazendeiros da região para viabilizar a exploração do trabalho e não gerar vínculo trabalhista.

Antônio Gregório, agricultor vizinho à antiga fazenda, relembra acontecimentos frequentes entre os anos 1970 e 1990:³

[...] As pessoas reclamavam que trabalhavam muito e recebiam muito pouco ou quase nada, e quando o patrão ficava sabendo que alguém reclamava ou desobedecia, a família, com a mudança, era transportada num caminhão e jogada na beira da pista, nas estradas. [...] Ele (o fazendeiro) aplicava veneno em grande quantidade, inicialmente para matar as plantas e facilitar a entrada dos tratores e depois no pasto. Minha plantação de café foi toda afetada, não consegui levar o sítio adiante porque as minhas plantações morriam por causa dos venenos que ele usava lá na fazenda dele.

José da Paz, ex-professor, trabalhador agregado da antiga fazenda Prata, também fez considerações sobre algumas práticas adotadas pelo antigo proprietário:⁴

[...] Ele vendia as coisas que tinha no armazém na fazenda dele pra nós, e a carne também. Carne das vacas doentes de brucelose.⁵ Quando era detectada a doença, ele mandava matar e vender a carne pra nós, mas dizia que não fazia mal para o humano, que era só uma doença de vaca.

¹ O nome do assentamento é uma homenagem a Roseli Nunes que, no dia 31 de março de 1987, foi assassinada junto a outros três companheiros em uma manifestação na BR 386, em Sarandi, no Rio Grande do Sul.

² *Gatos* são pessoas que recebem valor predeterminado para a execução de serviços de grande porte nas fazendas, responsabilizando-se pela contratação terceirizada de um conjunto de trabalhadores, aos quais pagavam um valor mínimo para garantir sua margem de lucro, evitando assim o vínculo empregatício direto.

³ O relato foi feito durante entrevista concedida em 6 de novembro de 2013.

⁴ Informação verbal concedida em 2 de dezembro de 2013.

⁵ A brucelose atinge animais e seres humanos, sendo uma doença causada por bactérias intracelulares facultativas pertencentes ao gênero *Brucella*. A contaminação se dá pelo leite e pelo contato sem equipamentos de proteção com a vaca doente, sendo recomendado eliminar o animal contaminado (EMPRA, 2007, p. 2).



Sementes crioulas garantem soberania alimentar



Venda direta como estratégia de valorização da produção camponesa

A área passou a ser foco de reivindicações populares a partir de 1990, principalmente por não cumprir a função social da terra (era considerada improdutiva e não obedecia à legislação trabalhista). Em março de 1996, formou-se o Acampamento Roseli Nunes e, em 2000, a fazenda foi desapropriada e destinada à Reforma Agrária. Mesmo em casebres precários e dispondo de escassos recursos, as famílias produziam hortaliças, criavam pequenos animais e cultivavam mandioca, feijão, arroz e outros gêneros alimentícios para a subsistência, comercializando por vezes o excedente na cidade de Cáceres, localizada a 80 km de Mirassol D'Oeste.

Dessa maneira, os trabalhadores iam colorindo o cenário com a esperança de construir uma nova vida com dignidade naquela terra. Onde antes viviam a família de um fazendeiro e 30 trabalhadores em regime próximo à escravidão, passaram a viver aproximadamente 900 pessoas (331 famílias distribuídas em lotes de 25 hectares). Logo foram desenvolvidas novas formas de organização do trabalho e novos mecanismos de convivência social, recriando assim o modo de vida camponês.

A Agroecologia como proposta para o assentamento

Reconstruir os ecossistemas e as terras degradadas pela exploração predatória gerada pelo modelo conven-

cional de produção é um desafio recorrente para a construção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental da Reforma Agrária.

Para atuar nessa perspectiva, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) tem se apresentado na região sudoeste do Mato Grosso como parceira dos movimentos sociais na luta pela terra e na defesa dos territórios. Há 14 anos a Fase vem apoiando processos organizativos e produtivos no Assentamento Roseli Nunes, favorecendo intercâmbios de experiências, estimulando a troca de sementes crioulas, implementando Projetos Demonstrativos Agroecológicos (PDAs) e viveiros de mudas, estimulando processos de auto-organização e autonomia financeira das mulheres e assessorando projetos de comercialização.

A criação de estratégias para comercialização

A consolidação da Associação Regional de Produtores(as) Agroecológicos (Arpa), criada em 2003 com o objetivo de organizar a produção, o beneficiamento e a comercialização agroecológica das famílias assentadas, é uma das conquistas significativas para viabilizar a mudança da paisagem no assentamento. A associação se iniciou com sete famílias e chegou a contar com mais de 180 filiados. Contribuiu para essa evolução a influência exercida pelas experiências de produção e comercialização bem sucedidas, particularmente com as oportunidades geradas pelos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Atualmente, 88 famílias são associadas, sendo 63 do Assentamento Roseli Nunes, 15 do Assentamento Florestan Fernandes (Município de Quatro Marcos) e 10 do Assentamento São Saturnino (município de

Curvelândia). Com princípios e objetivos claros, os sócios que não cumprem as orientações são afastados e, eventualmente, readmitidos. Dessa forma, há oscilação no número de famílias associadas.

Desde 2005, a Arpa vem comercializando por meio do PAA sua produção de alimentos, principalmente hortaliças, milho, mandioca, batata, banana-da-terra e feijão. Em 2010, iniciou as vendas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Já em 2012, 117 mil quilos de alimentos foram vendidos via PAA, cifra elevada para 205 mil quilos em 2013. Essa produção foi distribuída para bairros pobres de Mirassol D'Oeste, Araputanga e Curvelândia, assim como para as escolas estaduais e municipais, beneficiando mais de seis mil alunos.

Principais desafios

Apesar da conquista da terra por meio de intensas lutas, da reconstrução da dignidade das famílias assentadas, da construção de referências na produção e comercialização agroecológica no Mato Grosso, atualmente as famílias se veem ameaçadas por empresas mineradoras, que alegam a existência de minerais de alto valor econômico no subsolo do assentamento. Para viabilizar sua estratégia de apropriação desses recursos, as empresas se valem de práticas de assédio para que as famílias vendam seus lotes.

Outro desafio para a continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas de recampesinização do campo mato-grossense está relacionado à vizinhança de fazendas que empregam altas doses de agrotóxicos. Com as pulverizações permanentes, colocam em risco as águas, os solos, as plantações e a vida das famílias. Essa situação aponta para



Produção de alimentos saudáveis onde antes existia um latifúndio improdutivo



Consortiação de culturas



Cuidando do solo com a prática da cobertura morta



Entrega de produtos para o PAA

a necessidade de criação de áreas de isolamento ao redor dos assentamentos ou mecanismos legais punitivos para agentes contaminadores, possibilitando assim a expansão de práticas agroecológicas no assentamento.

A produção ecológica no Assentamento Roseli Nunes tem se tornando uma referência no Mato Grosso, influenciando camponeses assentados e as demais associações existentes em outros assentamentos rurais da região. Porém, a sua expansão ainda é comprometida pela ausência de assistência técnica e de acesso a créditos para o fortalecimento da produção, do beneficiamento e da comercialização dos alimentos.

Trata-se de uma experiência inovadora desde os pontos de vista econômico, social e político e que resiste ao modelo de desenvolvimento predatório. Com seu exemplo, o Assentamento Roseli Nunes vislumbra uma maior adesão de camponeses à Agroecologia, mas também espera contar com mais apoio, principalmente do Estado, por meio de políticas públicas e maior participação institucional em prol da Reforma Agrária.

Siumara Santos Oliveira

Educadora popular da Fase/MT,
agrônoma e mestranda em

Agroecossistemas/UFSC

siumarajequitinhonha@hotmail.com

Tayrone Roger Antunes de Asevedo

Geógrafo, Mestre em Geografia/UFMS
tayroneroger@hotmail.com

Referências bibliográficas:

EMPRAPIA. **Brucelose**. 2007. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/38834/1/Brucelose.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PIGNATI, W et al. **Resumo executivo dos impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente nos municípios do "interior" de Mato Grosso, Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/audiencias-publicas/audiencia-2014/audiencia-20.05/apresentacao-4>>. Acesso em 23 jun. 2014.



Colheita de citros, Odir e Geane de Oliveira, Três Forquilhas - junho 2013

Redes de cooperação e agricultura ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

**Flávia Charão Marques, Maria Alice F. Corrêa Mendonça,
Monique Medeiros e Lauren da Silva Pettenon**

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul faz parte dos domínios do Bioma Mata Atlântica, constituindo-se em uma região altamente diversa em paisagens, que se estendem desde a planície costeira até os morros onde predominam formações florestais, abrigando

espécies de fauna e de flora de relevância ecológica e ambiental. Cumpre ressaltar também que suas encostas são marcadas por uma história antiga forjada por homens e mulheres de várias origens e etnias, cujo reconhecimento nem sempre esteve na ordem do dia.

Trata-se de um território complexo sob vários aspectos. São 19 municípios, alguns contam com muitas praias e lagoas, que despertam o interesse da especulação imobiliária e atraem um forte movimento turístico durante o verão. O território possui 16 unidades de conservação, sendo dez de proteção integral e seis de uso sustentável, sendo que boa parcela de sua área integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A paisagem também é composta por comunidades quilombolas e M'byá Guarani, que, juntas, ocupam mais de cinco mil hectares nos quais habitam cerca de mil famílias. A pesca artesanal é outra atividade econômica importante na região. Vale destacar, ainda, que a região é cortada pela BR 101, rodovia que liga os países do Mercosul ao norte do Brasil, e que conta com um parque eólico para a produção de energia.

No entanto, dentre todos esses aspectos, este artigo visa analisar a experiência de agricultores que identificam a si mesmos como *ecológicos*, procurando ressaltar como eles se situam nesse complexo cenário territorial, particularmente ao construir formas de conciliação entre perspectivas opostas para a ocupação das paisagens rurais na região.

Desenvolver ou preservar? Uma contradição imposta pela modernização agrícola

No início dos anos 2000, um relatório de pesquisa elaborado pela Associação Ação Nascente Maquiné (Anama) em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) identificava as diferentes fases de ocupação humana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: indígena, colonial-portuguesa, colonial-imigrante e produtivista-moderno (Anama, 2000). Por volta dos anos 1870, a instalação dos colonos (como são designados os imigrantes europeus)



Odir e Geane de Oliveira, agricultores de Três Forquilhas - junho 2013

correspondeu a um período de intensa modificação do ambiente natural, sobretudo por meio da *conquista* da floresta, uma vez que esse foi o espaço a eles destinado para a produção agrícola e a reprodução de seus modos de viver. Grosso modo, esse grupo está associado às práticas tradicionais agrícolas peculiares às encostas da região que, posteriormente, passariam pelo processo de modernização agrícola e entrariam em conflito com os interesses conservacionistas internalizados nas leis ambientais.

O fim do período colonial, nos anos 1950, marca o momento em que as políticas de modernização passaram a incidir na região. Logo foram sentidos os impactos das alterações do modelo produtivo e social, tais como a queda dos preços dos produtos locais; a dificuldade de comercialização dos animais de raças crioulas; o êxodo para as áreas urbanas; e a geração de disparidades internas à região. Nas várzeas mecanizáveis, intensificaram-se as produções de hortaliças, arroz e abacaxi com farto uso dos insumos ditos *modernos*. Nas encostas, entraram os bananais em monocultura e, aos poucos, a produção para autoconsumo diminuiu. As particularidades dos novos arranjos socioeconômicos estavam intimamente ligadas ao uso predatório dos recursos naturais da região.

Não tardou muito para que ideias preservacionistas ganhassem força e, em seguida, encontrassem amparo na legislação ambiental e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). O controle efetuado pelos órgãos de fiscalização acentuou o processo de evasão dos agricultores das zonas de encostas, já



que eles não se adequavam nem à dinâmica desenvolvimentista impulsionada pelas políticas agrícolas, nem às novas normas ambientais.

O diálogo estabelecido entre o movimento ambientalista e as comunidades locais no bojo dos iniciantes debates sobre sustentabilidade, nos anos 1990, contribuiu decisivamente para o surgimento de arranjos inovadores que visam conciliar objetivos econômicos, sociais e ambientais, viabilizando alternativas para que as famílias agricultoras permaneçam em seus locais de origem. Algumas dessas experiências inspiram este artigo e constituem parte de articulações e redes que vêm fazendo emergir, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, dinâmicas sociais e técnicas que fortalecem a agricultura de base ecológica como um caminho para a superação da exclusão social e produtiva e da pobreza.

Transição agroecológica, coisa de loucos e teimosos?

Dos agricultores, ouvimos reiteradas vezes que eles eram taxados de *loucos*. Isso não vai dar em nada! Vocês vão

morrer de fome! Essas eram as expressões corriqueiras que ouviam de vizinhos e parentes. A sua insistência em levar à frente as experiências de agricultura ecológica mesmo diante desse senso comum adverso explica por que também eram considerados *teimosos*.

Ao conhecermos de perto a trajetória das famílias, é possível entender o porquê da *teimosia*. O caso da família de Odir e Giane pode ilustrar como fazer diferente muitas vezes não é bem compreendido. Eles contam que a adoção das práticas da agricultura convencional, anos atrás, era entendida como uma escolha *natural*, ou seja, um caminho que se apresentava como obrigatório e inquestionável.

Eu sempre fui agricultor, praticava a agricultura primária, aquela onde não se usava ainda tantos agroquímicos. Depois, entrei na agricultura convencional, aonde usei muito adubo químico e bastante agrotóxico, porque se pensava que, pra produzir com qualidade e com quantidade, precisava de tanto agroquímicos. Eu comecei a trabalhar naquela área em 1993, já era um solo completamente acabado pelo uso do fogo. (Odir, agricultor de Três Forquilhas)

Foguinho (apelido de Ivonildo) também relata que, depois de passar um tempo na cidade *tentando a vida*, voltou para o Litoral e se dedicou à agricultura, já que, para ele, essa é sua verdadeira vocação, herdada da avó, que *tinha sangue de índio*. Entretanto, durante mais de dez anos, produziu em sistema convencional.

Quando cheguei aqui, entrei na história da produção e comecei com os agroquímicos. Produzia de tudo: cenoura, beterraba, rabanete, batata doce, aipim, moranga, abóbora, sempre numa corrente. Tirava uma planta e produzia outra, que nem o ceaseiro hoje. Começa a analisar o mercado, vê o que precisa e planta. Porque isso é um pacote, né? Compra a semente, já tem os adubos. Só que isso não deu resultado nenhum. Entre 85, 90, 2000, acho que, durante uns 15 ou 12 anos, fiquei nessa dos agrotóxicos. Tinha porco e produzia milho e usava mais agroquímico, não tinha o conhecimento que tenho hoje. (Foguinho, agricultor de Itati)

Atualmente, a introdução ou melhoria de sistemas agroflorestais (SAFs) é apontada pelos agricultores como *saída* para *garantir* a produção sem entrar em choque com o regimento estabelecido para as zonas do entorno das unidades de conservação. A casa de Foguinho, por exemplo, é rodeada pela Mata Atlântica. *Estamos na área de amortecimento da Reserva Biológica da Mata Paludosa [...] e é impossível de viver da agricultura se nós não inovarmos, porque sozinho tu não vai conseguir avançar*, conta o agricultor. Inovar, nesse caso, significa introduzir no bananal, sua principal atividade econômica,

novas culturas, como café, abacate, palmeira juçara, além de espécies madeiráveis.

Ronildo é outro agricultor que tem uma *passagem* pela agricultura convencional. Ele conta que seus pais começaram a usar agroquímicos porque achavam *que aquilo ia ajudar eles*. Mais tarde, em conjunto com a esposa Maria Inês, Ronildo decidiu trilhar seu próprio caminho, por entender que o convencional não tinha resolvido o problema da família dele.

De 13 anos pra cá, a gente fez uma mudança. A gente trabalha em grupo, trabalhamos com agricultura ecológica, com registro (certificação). Tá melhorando porque isso traz mais vida pra gente, né? Pros nossos filhos, pras terras que estavam esgotadas e nós também comercializamos a produção ecológica. (Ronildo, agricultor de Três Forquilhas.)

Contrariando a visão de que optar pela agricultura ecológica é uma loucura, as famílias que seguiram esse caminho são unânimes ao afirmar que, para elas, a *vida melhorou*.

Ampliando a renda, escapando da pobreza

Entre as famílias que enveredaram por essa trajetória, está a de Eliane e Nelson e as de Tézio e Terêncio (que são irmãos), todas da comunidade Arroio do Padre. É perceptível que suas vidas vêm mudando e que a promoção da Agroecologia com o suporte de políticas públicas exerce um papel relevante nessa mudança.

Eliane e Nelson vivem em um terreno pedregoso e íngreme, em um lugar muito bonito, cercado pela Mata Atlântica. Por um longo período, usavam herbicidas e práticas convencionais no cultivo do feijão. Agora, diversificaram a produção, não usam

mais agrotóxicos e estão vendendo seus produtos nas feiras locais. Seus vizinhos, os irmãos Tézio e Terêncio, têm uma área em comum onde estão aprendendo a cultivar flores ecologicamente, além de produzirem a juçara, hortaliças e frutas.

Terêncio reclamava sobre as dificuldades iniciais para trabalhar com a agricultura ecológica: *No final, o intermediário é quem comprava nossos produtos e misturava tudo na hora de vender: os com e os sem agrotóxicos. E, ainda por cima, ele também decidia o quanto ele pagaria para nós pelos produtos.*

Políticas públicas recentes, com foco na agricultura familiar e na ampliação e realocação dos sistemas agroalimentares, têm demonstrado boa capacidade de compatibilizar as mudanças nas técnicas de produção e as mudanças nos mercados locais.

As três famílias participam de um grupo que formou, em 2006, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), criada inicialmente com o intuito de *fugir dos intermediários*. Posteriormente, a cooperativa passou a atuar na venda ao mercado institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Com a Coomafitt, as famílias agricultoras adquiriram mais autonomia

Manejo do bananal, Ivonildo Silveira - Itati - junho 2013



Foto: Lauren Pettenon

na tomada de decisão. Antes de sua criação, as famílias relatam que vendiam produtos, como a banana, pela metade do preço durante a safra de inverno. Agora, atuam de forma cooperada e recebem o mesmo valor durante todo o ano. Essa conquista está alicerçada na segurança que a venda para o mercado institucional oferece. Por meio da Coomafitt e das organizações parceiras, agricultores e agricultoras estão cada vez mais capacitados, em melhores condições para controlar os preços e promover a venda dos seus produtos. Além disso, passaram a decidir por eles próprios sobre a produção.

Outra iniciativa importante para absorver a produção local, mas também para dar visibilidade aos agricultores junto aos consumidores, tem sido a expansão de feiras ecológicas no Rio Grande do Sul. Em Capão da Canoa, município localizado na costa litorânea (com forte fluxo de turistas), foi criada a feira *Prove Capão*, destinada à produção de agricultores familiares. A feira conta atualmente com mais de 60 feirantes, entre agricultores e alguns artesãos. Eliane, que participa desse mercado, conta:

Agora posso diversificar minha produção, eu posso ter salada para a minha filha e as práticas agroecológicas fazem mais sentido para mim. Antes, a gente cultivava só feijão, para vender a um preço muito baixo para o intermediário. [...] Agora posso produzir alimentos para minha família, e aquilo que nós não comemos vendemos na feira, mesmo que seja só um pouquinho, é só trazer que vende. (Eliane, agricultora de Três Forquilhas)

Para esses agricultores, a opção pela agricultura ecológica está fortemente ligada à possibilidade de obtenção de renda, mas também é motivada pela satisfação de ter seu trabalho reconhecido e valorizado.

Em fevereiro de 2014, as primeiras famílias obtiveram o Certificado de Conformidade da Produção Orgânica, emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o que representou um motivo de orgulho para o grupo. Além do reconhecimento oficial, essa conquista, que resultou de longo e trabalhoso processo, proporcionou aprendizagem coletiva que impulsiona novas mudanças.

Cooperação, redes e aprendizados

Cada um tem um jeito de manejar. Quando se trabalha em grupo, acontecem muitas visitas, e os outros indicam quando um não tá bem. Um ajuda os outros, fazem visitas, há críticas, há elogios. Se ele faz dum jeito que ficou bom, o outro também vai fazer. Isso é o bom de trabalhar em grupo. (Maria Inês, agricultora e professora de Três Forquilhas)

A análise das trajetórias dessas famílias mostra que a adesão à agricultura ecológica requer uma boa dose de ousadia e coragem e que os seus resul-



Reunião do OPAC em Três Forquilhas, Litoral Norte



Gilberto Ritter, presidente da Coomafitt, e família na Feira em Porto Alegre

tados positivos não ocorrem como processos espontâneos dependentes unicamente da vontade e dos conhecimentos prévios dos agricultores. Para que essas trajetórias evoluam, é preciso que as famílias estejam envolvidas em um processo ativo e dinâmico de geração de conhecimentos e de articulação com iniciativas coletivas que as insira em novos domínios e atividades associadas à produção agrícola. A transformação e a comercialização direta de alimentos, as medidas e estratégias relacionadas à proteção ambiental e mesmo a certificação participativa são exemplos de novos domínios assumidos por essas famílias.

Nas palavras de Odir, um dos agricultores pioneiros da agricultura ecológica na região, percebe-se que uma importante transposição de fronteira para outros domínios implica a criação de novas conexões com diferentes atores na realização de uma prática inovadora.

Quando a gente iniciou na agricultura ecológica, em 1995, a gente não conhecia as técnicas, era tudo novidade. A Emater e o Centro Ecológico foram importantes na nossa caminhada. O primeiro curso que a gente fez sobre Agroecologia foi organizado pelo Centro Ecológico e quem nos convidou pra ir foi o técnico da Emater. (Odir, agricultor de Três Forquilhas)

Esse processo, que é um misto de práticas sociais e técnicas, tem sido fundamental para a construção de redes de cooperação, que resultam da articulação de várias organizações, sendo algumas das principais as ONGs Anama e Centro Ecológico, a Emater-Ascar/RS, a Associação de Mulheres Agricultoras para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas (Amadecom), o Organismo de Avaliação Participativa da Conformidade Orgânica do Litoral Norte (Opac - Litoral Norte), a Coomafitt, a Rede Ecovida, a Rede Juçara, o Litoral Solidário, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), dentre outras.

Tal rede foi criada a partir da necessidade de compartilhar conhecimentos, envolvendo desde os aspectos produtivos até o desenvolvimento de condições de inserção socioeconômica dos agricultores familiares que, muitas vezes, estavam em situação de vulnerabilidade. Essa dinâmica pode ser concebida como um *conjunto entramado de processos organizativos* (ROVER, 2011, p. 60), no qual os elementos que se *entramam* estão ligados à agricultura familiar, mas são colocados em marcha por distintos atores sociais: agricultores – seja individualmente ou organizados em cooperativas, agroindústrias familiares, associações e grupos informais –, ONGs, organizações de assistência técnica e extensão rural, institutos de pesquisa, universidades, secretarias municipais de agricultura e de educação, diferentes órgãos de Estado, dentre outros.

Todavia, sem o envolvimento direto dos agricultores, é difícil imaginar que as redes de cooperação prosperem ou mesmo que os desafios de ordem política sejam enfrentados. A experiência dos irmãos T, como são conhecidos, é emblemática nesse sentido. Tézio e Terêncio têm dois irmãos, Telmo e Telo. Todos fazem parte de uma ou outra organização e sempre estão envolvidos em articulações políticas e sociais, participando efetivamente dos Conselhos Consultivos da Reserva Biológica, das decisões da Coomafitt e do Opac, integrando também a Rede Juçara e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itati.

Essa articulação em rede dos atores proporciona diferentes aprendizados. Para os agricultores do Litoral Norte, os espaços de interação social são importantes para impulsionar ações criativas no que tange às técnicas, orientando o redesenho das unidades de produção agrícola, o planejamento e o escalonamento da produção e a inserção em novos mercados.

No que se refere às entidades de Ater, esse convívio com diferentes atores tem funcionado como mecanismo de retroalimentação, promovendo algumas mudanças nas práticas diárias dessas organizações.

As prefeituras municipais também vêm demonstrando adaptações em suas formas de atuação diante das novas políticas públicas e demandas levantadas pela rede. Percebe-se, por exemplo, que as secretarias de agricultura e de educação passaram a atuar juntas, incentivando o mercado institucional por meio do PAA e do PNAE. Consequentemente, acabam por incentivar a produção de base ecológica e a compra dos produtos oriundos da agricultura familiar.

No entanto, não se pode ignorar que, em um processo de aprendizagem como esse, é necessário que cada um compreenda o outro, uma vez que a troca de conhecimentos gera conscientização mútua entre atores pertencentes a mundos e lógicas diferentes (SABOURIN, 2009). O reconhecimento do outro é, portanto, uma premissa para a ação conjunta. O desafio de conseguir articular diferentes interesses e modos de ação é permanente. Pode-se avaliar que as redes de cooperação estão propiciando, nessa região, o estabelecimento de vínculos geradores de fluxos de conhecimento, informação e aprendizagem, que promovem a transposição das fronteiras das unidades de produção e da ação individual dos agricultores e de outros atores envolvidos. Disso resulta o desenvol-



Manejo do bananal, Ronildo Flores - junho 2013

vimento de condições para a superação das situações de vulnerabilidade social e pobreza e, assim, de melhoria da qualidade de vida.

Flávia Charão Marques

Professora de Desenvolvimento Rural na UFRGS
flavia.marques@ufrgs.br

Maria Alice F. Corrêa Mendonça

Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela UFRGS
maria.alice.fcm@gmail.com

Monique Medeiros

Doutoranda em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina mmedeiros@ymail.com

Lauren da Silva Pettenon

Mestre em Desenvolvimento Rural e Agrônoma da Emater-Ascar/RS laurenpettenon@yahoo.com.br

Referências bibliográficas:

ANAMA/PGDR. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné - RS:** perspectiva para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ROVER, Oscar J. Agroecologia, mercados e inovações sociais: O caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

PETTENON, Lauren da Silva. **Dinâmicas do conhecimento e a emergência de novidades na agricultura de base ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 129 p.

SABOURIN, Eric. Mudança social e técnica. In: _____. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

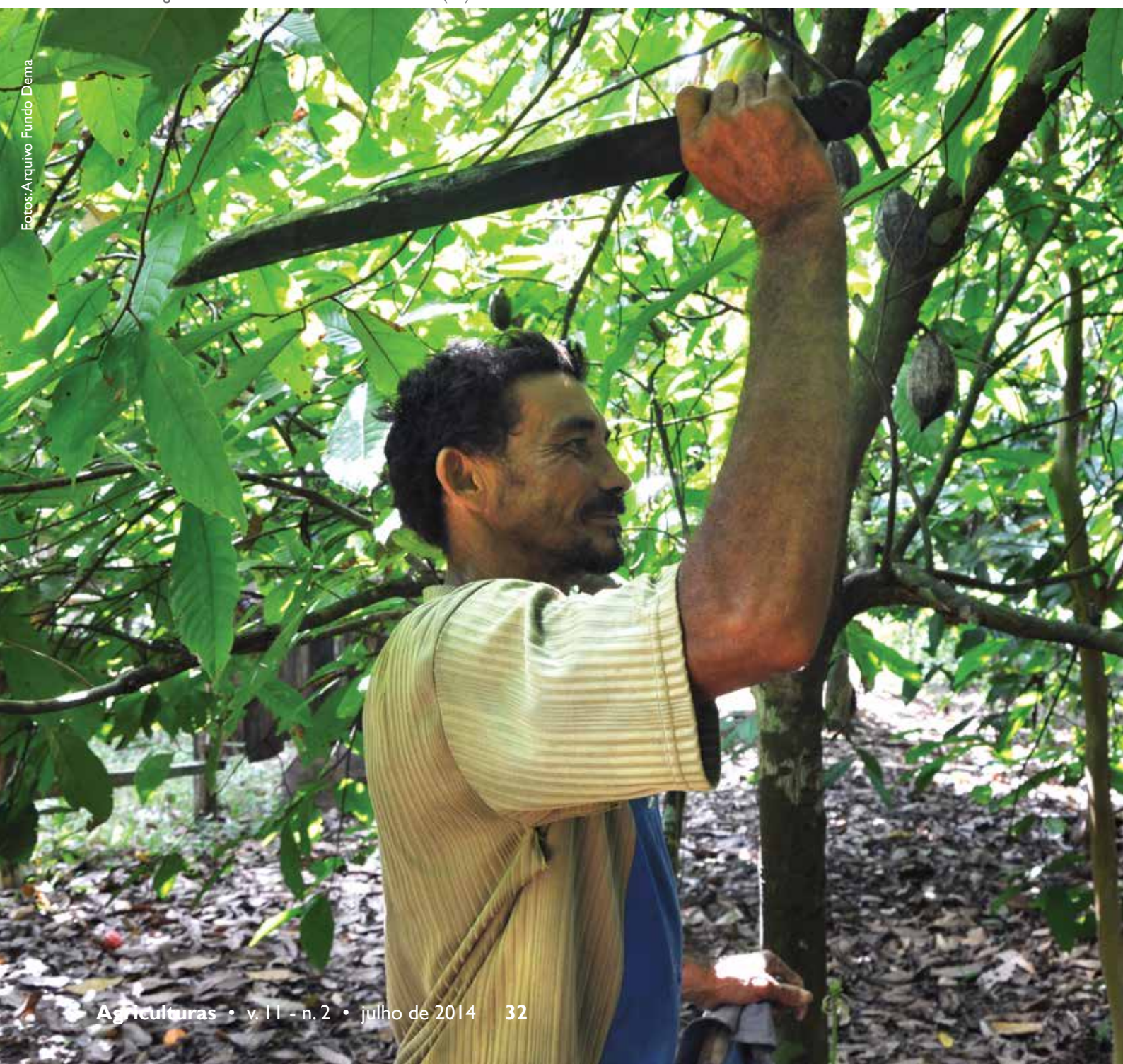
Fundo Dema

dez anos de luta por justiça ambiental na Amazônia

Vânia Carvalho e Élide Galvão

Sistema Agroflorestal na Comunidade Batata Trairão (PA)

Fotos: Arquivo Fundo Dema



Estudos realizados na Amazônia nos últimos anos demonstraram a importância econômica, social e ambiental dos diferentes segmentos do campesinato – indígenas, quilombolas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores (COSTA, 2012). Em contraste com os sistemas pecuários empresariais que dominam a paisagem nas frentes de avanço do agronegócio, os sistemas camponeses tendem para a diversificação produtiva, ao estabelecerem sistemas agroflorestais (SAFs) e diferentes formas de gestão coletiva de bens comuns. Dessa forma, ocupam mais gente por unidade de área, geram muito menos impactos ao meio ambiente e produzem riqueza similar à produção empresarial. Embora produzam esse conjunto de benefícios para a sociedade, não contam com a mesma facilidade no acesso a financiamentos públicos que os empresários rurais. Pelo contrário: apesar de sua relevância comprovada em diversas esferas, o campesinato amazônico vem sendo crescentemente ameaçado pelas frentes de expansão do agronegócio e da mineração na região.

A esse quadro de desigualdade na distribuição tanto de danos como de benefícios ambientais convencionou-se chamar de injustiça ambiental (ACSELRAD et al., 2004). Tal fenômeno vem sendo denunciado e enfrentado por organizações sociais no âmbito da luta pela conquista e defesa dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) desses grupos, bem como na busca por dar maior visibilidade à importância do campesinato para a sociedade brasileira.

Coerente com essa perspectiva, organizações da Amazônia se articularam para criar o Fundo Dema, um instrumento de apoio a projetos coletivos dos Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar. O Fundo foi constituído com os rendimentos financeiros resultantes da venda de seis mil toras de mogno doadas pelo Governo Federal, em 2003, após terem sido apreendidas em razão de sua extração ilegal na região de Altamira, oeste do Pará. A parceria com instituições nacionais e internacionais permitiu o aumento do capital inicial,

o que, por sua vez, viabilizou a formação de mais três fundos de apoio a segmentos sociais específicos: o Fundo de Apoio a Comunidades Quilombolas, o Fundo Indígena do Xingu e o Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia.

Gestão democrática e protagonismo dos povos da Amazônia

O desmatamento, o avanço da pecuária e das monoculturas, a grilagem de terras, as ameaças de morte, a contaminação por mercúrio e por agrotóxicos estão entre os problemas mais frequentemente enfrentados pelas associações comunitárias apoiadas pelo Fundo Dema. Os projetos são desenvolvidos em regiões consideradas como as últimas fronteiras de floresta de terra firme primária no Pará, altamente cobiçadas por madeireiros, grileiros, pecuaristas, garimpeiros e monocultores de soja. Também é lá que estão localizados os principais focos da implantação de grandes projetos hidrelétricos e de mineração previstos pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Buscando apoiar formas de resistência e apontar alternativas a esse cenário adverso, o foco estratégico do Fundo Dema é voltado a estimular iniciativas coletivas dos povos e comunidades camponesas. Essa prática tem fortalecido as organizações e gerado experiências exitosas, que são conduzidas em sintonia com as necessidades específicas de cada comunidade, valorizando a diversidade de produtos da floresta, os conhecimentos locais e as variadas formas tradicionais de se relacionar com a natureza. Os projetos apoiados pelo Fundo Dema são propostos por organizações que representam um conjunto de famílias ou um grupo organizado que deseje desenvolver alguma experiência agroextrativista ou evento político e de formação.

Participação, democracia, transparência e controle social são fundamentos norteadores da gestão do Fundo Dema. Para colocar em prática esses princípios, a gestão é compartilhada por um Comitê Gestor Geral¹ e dois Comitês específicos (compostos por quilombolas e indígenas) que deliberam sobre o apoio a projetos e outras ações do Fundo. Além disso, um Conselho Consultivo Regional se reúne anualmente para avaliar e orientar as ações.

¹ O Comitê Gestor Geral é composto pela Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (Fase-Programa Amazônia), instituição que é a responsável jurídica e que preside o Fundo, e por entidades, movimentos sociais e instituições com atuação nas regiões Transamazônica (Prelazia do Xingu e Fundação Viver, Produzir e Preservar); BR 163 (Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba); e Baixo Amazonas (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e Centro de Apoio a Projetos de Ações Comunitárias - Ceapac). Representantes da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará, a Malungu, também integram o Comitê.

Existe também um coletivo de dinamizadores que oferece suporte ao monitoramento dos projetos, à divulgação dos editais e das chamadas públicas e à troca de experiências entre as comunidades apoiadas. Composto por cerca de 30 lideranças, o coletivo foi criado a partir dos grupos participantes das oficinas de formação em elaboração, gestão e monitoramento de projetos que o Fundo promove periodicamente. As ações do coletivo são acompanhadas pela Fase e por integrantes dos comitês gestores, sendo essenciais para o acompanhamento dos projetos e para a divulgação entre as comunidades e redes sociais, aumentando a visibilidade do Fundo e de seus resultados.

Parcerias garantem o fortalecimento do desenvolvimento local promovido pelos povos da floresta

Desde seu início, o Fundo Dema recebeu contribuições para ampliar sua capacidade de apoio. A parceria com a Fundação Ford e a Malungu, por exemplo, viabilizou a constituição do Fundo Quilombola², que possibilitou a execução de dezenas de projetos de apoio às comunidades quilombolas em diversas regiões do Pará, a maioria relacionada à regularização de associações e à implantação de SAFs. Muitas dessas associações quilombolas hoje estão acessando não só o Fundo Dema, mas também outros recursos públicos. Em 2011, o Fundo Dema firmou um contrato com o Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o lançamento de oito chamadas públicas, que até agora apoiaram 32 projetos para comunidades agroextrativistas e quilombolas. Essa parceria também favorece etnias indígenas, cujo processo de seleção de projetos está atualmente em andamento.

Em seus dez anos de existência, o Fundo apoiou mais de 300 projetos, abrangendo mais de 10 mil famílias (o que corresponde a 40 mil pessoas diretamente e mais de 300 mil indiretamente) de 1.921 comunidades presentes em 32 municípios, nas regiões do Baixo Amazonas, Transamazônica, Xingu e áreas de atuação da Malungu.

Nesse processo, foram envolvidas 681 organizações como proponentes e apoiadoras, destacando-se as associações comunitárias – em sua maioria agroextrativistas – indígenas, quilombolas, do movimento de mulheres, casas familiares rurais e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os três casos citados a seguir dão uma mostra da enorme diversidade de projetos que receberam recursos do Fundo.

Recomposição florestal de espécies nativas

Desde 2004, o Fundo Dema apoiou 78 projetos coletivos de implantação de SAFs e de enriquecimento e recomposição vegetal com espécies frutíferas e essências florestais nativas da Amazônia, beneficiando 8.898 pessoas.

² O Fundo Dema recebeu ainda apoio da Fundação Ford para a ampliação do fundo fiduciário e para a constituição do Fundo Indígena do Xingu (FIX) e, em breve, do Fundo das Mulheres.



Essas sementes a gente vende para quem quer recuperar seu mato estragado. Assim ajudamos o meio ambiente fora da nossa terra.

Depoimento de liderança da Terra Indígena Panará, Aldeia Nasepotiti, responsável pelo projeto Pysysytiti Copaíba do Povo Panará, localizado em Altamira (PA)

Foram construídos viveiros comunitários com o plantio de centenas de milhares de mudas que contribuíram para recuperar áreas degradadas



Agricultora da Comunidade Laranjal, em Santarém (PA), dedica-se à criação de abelhas nativas

e desmatadas, matas ciliares, nascentes, quintais e áreas comuns. Foram ainda desenvolvidos projetos de manejo agroflorestal e de diversificação de sistemas produtivos, com consórcios de culturas, roças sem queima, piscicultura e apoio a coleta de castanha-do-pará, artesanato, produção leiteira e turismo comunitário.

Os sistemas agroflorestais passaram a ser utilizados como aprendizado para alunos e visitantes, para aumentar o conhecimento das famílias sobre a situação ambiental de nossa região e sobre as alternativas ao modelo dominante.

Depoimento de membro do projeto Disseminação de Técnicas Alternativas de Produção sem Uso do Fogo no Município de Rurópolis, da Casa Familiar Rural de Rurópolis

Minhocultura, apicultura e meliponicultura

Organizações têm utilizado técnicas de manejo ecológico, como a minhocultura, para transformar resíduos orgânicos em húmus para uso como adubo orgânico. Outra técnica é a de roça sem queima, que tem sido implantada nos SAFs de enriquecimento de plantios.

Alguns projetos acrescentaram ao reflorestamento a apicultura (sistema de criação de abelhas africanas com ferrão) e a meliponicultura (sistema de criação de abelhas nativas da Amazônia sem ferrão, também conhecidas como *abelhas indígenas*), que favorecem a polinização, aumentando a produtividade dos cultivos.

Experiências comunitárias de gestão e proteção do território

A elaboração de Planos de Uso Comunitário da Terra contribuiu para diminuir os conflitos nas comunidades e a pressão externa de madeireiras. Atualmente, está em execução um projeto de monitoramento e proteção do Território Indígena Baú, uma das maiores reservas indígenas, que abriga o povo Kayapó, no Sul de Altamira. Já os Acordos de Pesca aumentaram a pesca destinada ao autoconsumo, ao definir locais proibidos para a pesca com malhadeira (rede de pesca), zagaião (vara com fiska de ferro na ponta) e timbó (veneno) e limitar a venda de peixes.

Máquinas e equipamentos foram disponibilizados para facilitar a produção agrícola, a coleta de castanha-do-pará e o beneficiamento de frutas e de sementes para o artesanato. Oficinas de costura e de artesanato possibilitaram o aumento da renda das famílias envolvidas. Estudos, inventários da flora, visitas

de assistência técnica e de mobilização também foram realizados com o apoio do Fundo Dema.

A comunidade está mais unida voltando a praticar mutirão nas roças. Teve aumento da participação das mulheres nas reuniões, nos debates com opiniões (...) Melhorou o preparo da farinha, da goma e do tucupí.

Mulher indígena, da etnia Arara, Altamira (PA)

Os Arara passaram a ser tratados melhor pelas outras etnias e até mesmo pela Funai, que fretou um barco para transportar o material da construção [da casa de farinha e beiju].

Indígena da etnia Arara, da Aldeia Terrã Wangã, Altamira (PA)

Somos a Floresta: justiça ambiental na Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Dema estão direta ou indiretamente

Produção agroextrativista em Santarém (PA)





Indígena Kayapó na produção de farinha de mandioca, aldeia Baú, Altamira (PA)



Colheita do açaí na comunidade quilombola Espírito Santo, em Acará (PA)

ligados ao fortalecimento dos povos da floresta. Para além de conquistas quantitativas, há avanços intangíveis e imensuráveis. No decorrer dos dez anos do Fundo, dezenas de experiências voltadas à mobilização e à formação estimularam ações e estratégias de desenvolvimento local e acesso a políticas públicas, fomentaram debates e contribuíram para a formação de opiniões e mudanças de atitudes. As mulheres, por exemplo, relatam o fortalecimento de seu protagonismo e participação em novas atividades produtivas e de cunho político; as associações passaram a discutir mais sobre o acesso às políticas públicas; as rádios comunitárias fomentam a democratização da comunicação e campanhas pelo desenvolvimento local e em defesa do meio ambiente; e os jovens têm a oportunidade de receber uma educação transformadora

nas Casas Familiares Rurais, resgatando os conhecimentos tradicionais, mas com acesso a tecnologias apropriadas para melhorar e facilitar a produção.

Para além da batalha contra a apropriação dos bens comuns pelo capital, os grupos organizados apoiados pelo Fundo Dema lutam para desmistificar a imagem do campesinato atrelada ao atraso, à ignorância, à marginalização, à pecha de improdutividade, ao que é rudimentar e primitivo. Nesse sentido, apoiar e divulgar modos de produção ligados à produção agroflorestal se faz urgente e necessário para que se possa garantir à sociedade atual e às futuras gerações o acesso à qualidade de vida por meio da segurança alimentar e da afirmação de direitos dos povos da floresta.

Apesar dos avanços alcançados com a experiência do Fundo Dema, ainda há muitos desafios a superar frente às concepções dominantes de desenvolvimento fundadas em *grandes* projetos e na extração predatória de bens da natureza. O agronegócio e os projetos de infraestrutura se expandem e provocam disputas territoriais com populações tradicionais; desagregam comunidades; expulsam as pessoas do meio rural, incitando o inchaço populacional nas cidades; e aumentam a violência no campo. Nessa longa trajetória, não podemos deixar de mencionar a dor, o sofrimento e a indignação com as perdas de lideranças e militantes, como a Missionária Dorothy Stang e Ademir Federicci, o Dema, cujo nome foi dado ao Fundo em sua homenagem, devido à persistente denúncia de grilagem de terras. Trata-se de homens e mulheres que morreram, mas se eternizaram na sagacidade dos que continuam lutando por justiça ambiental e pelo respeito aos direitos humanos.

Chocando-se frontalmente com o modo de expansão do capital na Amazônia (LEROY, 2013), o Fundo Dema aponta caminhos promissores para o fortalecimento das organizações locais e volta-se para apoiar estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais na região.

Vânia Carvalho

Socióloga e educadora da Fase - Programa Amazônia/Fundo Dema
vaniareginac@gmail.com

Élida Galvão

Jornalista e assessora de comunicação da Fase - Programa Amazônia/Fundo Dema
elidagalvao1@gmail.com

Referências bibliográficas:


- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: _____ (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2 ed., 2004. p. 14.
- COSTA, F. **Elementos para uma economia política da Amazônia**: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012. (Coleção Economia Política da Amazônia, Série II, Fundamentos Teórico-Metodológicos, v. 2).
- LEROY, Jean Pierre. Dema: um fundo que é instrumento de justiça ambiental na Amazônia. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 126, p. 33-37, 2013.

Vender alimentos produzidos localmente para consumo local deveria ser algo muito corriqueiro, mas pode não ser legal



Subsistência é resistência: sistemas alimentares locais em tempos de crise econômica

Leila Dregger

 Alentejo é a maior e mais pobre região de Portugal. Cooperativas e outras iniciativas sociais que surgiram após a Revolução dos Cravos, em 1974, foram posteriormente fechadas por pressão da União Europeia. Esperava-se que investimentos maciços tornariam Portugal um modelo de desenvolvimento econômico, mas a atual crise financeira tem revelado as falhas do sistema, desfazendo esse sonho. Além disso, normas legais cada vez mais complexas têm tornado ainda mais difícil a vida de pequenos produtores tradicionais. No entanto, eles continuam a usar e defender os mercados locais, mesmo diante de um contexto de criminalização dessas práticas.

Diante das modernas normativas legais, Maria Isabel, uma agricultora de 83 anos, é uma *criminosa*. Durante décadas, ela direcionou toda a sua vitalidade e habilidades para contribuir com a economia local, fazendo tortas de maçã com ovos de suas próprias galinhas que ela vende para o bar local. Sua filha mais velha, Eusébia, de 58 anos, produz queijo de cabra em sua cozinha, vendendo cada um por € 1. José Manuel, que mora a poucos quarteirões, sempre produz alguns pães a mais do que o necessário para o consumo da família. Esse pequeno excedente é vendido para vizinhos. Dessa forma, ele complementa sua magra aposentadoria. Outros moradores da comunidade colhem cogumelos para vender. E, se no bar local acaba o estoque de garrafas de aguardente de medronho – uma bebida regional bastante popular feita do medronheiro –, o proprietário vai buscar em sua garagem uma garrafa de cerveja caseira que compra do velho Tomás, um dos anciãos da aldeia. O restaurante de propriedade de Maria Inácia Chavez também entrou na ilegalidade.

Esses são exemplos de comércios tradicionais e informais realizados sem notas fiscais. Você pode chamar essa prática de tradição, agregando-se a qualidade de vida e a cor local. Mas em tempos de crise, essa forma de partilha e venda entre vizinhos torna-se mais importante – ela ajuda as pessoas a sobreviver.

Austeridade

Sob pressão da poderosa *triade*, formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, Portugal foi forçado a agir contra os interesses de seu próprio povo. Ao contrário da França, Portugal não negociou condições especiais para os proprietários de pequenas empresas portuguesas. E, após a crise, o governo respondeu impondo uma série de medidas econômicas com o argumento de que fazem parte de uma conduta de *austeridade*.

As consequências? Pequenos produtores, bares, cozinhas, lojas e padarias que compõem a cultura tradicional nas áreas rurais do país são agora ilegais, pelo simples fato de não atenderem aos novos critérios comerciais. No entanto, para obter a licença exigida, os produtores têm de cumprir uma lista de requisitos e fazer investimentos que só são viáveis para empreendimentos de grande escala.

Impactos negativos

As novas regulamentações ocasionaram o fechamento de muitos mercados locais, onde antes os moradores conseguiam vender seus produtos e ganhar uma renda extra. Enquanto isso, o escritório local do fisco recentemente contratou 1.000 novos auditores.



A agricultura camponesa no Alentejo poderá conviver com as modernas regulamentações?

No contexto atual, famílias envolvidas na produção e no comércio local de alimentos passaram a ser criminalizadas. O governo está atribuindo a muitas pessoas comuns a pecha de sonegadoras fiscais e até mesmo uma parcela da culpa pelo surgimento da crise – quando elas estão apenas tentando *passar por ela* da melhor forma que podem. Na pequena aldeia de Amoreiras, a autarquia local multou um grupo que produziu e vendeu carvão, da mesma maneira que tem feito há décadas. A idade média dos infratores era 70 anos.

Adérito Pereira é proprietário de um pequeno bar. Ele teve que comprar uma moderna caixa registradora e ficou muito frustrado: se o cliente pede, eu tenho que dar uma fatura. No caso de uma omelete, então o fisco também espera ver uma nota fiscal para os ovos. Mas não posso usar os ovos de minhas próprias galinhas. Isso não é permitido. Passou a ser uma prática ilegal.

O ex-professor de História, Antonio Quaresma, aponta: Se os produtos locais desaparecerem, sendo substituídos pela produção industrial, obviamente serão as grandes corporações que lucrarão, em vez da economia local. Ele também pinta um quadro sombrio de algumas práticas atuais. Terras no Alentejo encontram-se arrendadas

a empresas internacionais para o cultivo de oliveira ou para a horticultura irrigada em estufa, muitas vezes empregando força de trabalho da Bulgária, Tailândia ou de outro lugar. Depois de alguns anos, o solo é degradado.

Fica então a questão: a maioria dos benefícios é levada para fora da região, e será que essas empresas sempre pagam todos os impostos devidos?

Remando contra a maré

Existe um slogan contundente: *Onde a injustiça se torna lei, a resistência se torna um dever*. E acreditamos que ele se aplica à situação no Alentejo. As autoridades e os tomadores de decisão estão muito distanciados da realidade do povo, sendo moralmente errado negar os direitos tradicionais de idosos que lutam para garantir a subsistência em suas comunidades de origem. Também é estrategicamente incompreensível. O Alentejo é uma região que ainda detém e partilha de conheci-

mentos, métodos e práticas tradicionais, assim como mantém uma forte coesão social dentro das comunidades. Esse tesouro cultural raro está sendo destruído.

Mas os portugueses estão se organizando cada vez mais para manifestar sua insatisfação. Várias vezes, em 2013, até um milhão de pessoas – o que corresponde a uma em cada dez da população – protestaram contra as imposições da *tríade*. Muitas também demonstram criatividade e determinação em sua desobediência civil. Quando o parlamento estava debatendo uma lei que forçaria os clientes de restaurantes a solicitar a nota fiscal, dezenas de milhares de pessoas forneceram o número de identificação fiscal do primeiro-ministro, em vez do seu. A lei foi rapidamente suspensa. Há também muitos prefeitos de vilarejos que não

aceitam que os mercados locais informais sejam proibidos. Para contornar as regras, eles operam sob o nome de *mostra* (remetendo à ideia de exposição, e não venda) de produtos locais. Se uma pessoa quer deliberadamente dar algo e alguém eventualmente coloca dinheiro em uma caixa de doação, bem, quem pode impedir isso?

Há também casos de desobediência civil no Alentejo, onde as pessoas vão a restaurantes, pedem pratos caseiros que utilizam produtos locais e não exigem recibos. Os sistemas de troca locais estão se desenvolvendo. Os donos de comércios começam a perceber que colocar uma caixa de doação na entrada dos estabelecimentos traz mais lucros do que modernas caixas registradoras. E talvez moedas locais poderiam ser desenvolvidas para contornar as leis fiscais mais rígidas.

O trabalho na parcela agrícola como expressão de luta cotidiana em defesa dos meios e modos de vida



Unindo forças

Felizmente, quando surge uma crise, qualquer crise, as pessoas parecem ter uma tendência natural a trabalharem juntas, em regime de ajuda mútua, buscando a autossuficiência com um espírito de comunidade renovado. Essa forma de cooperação também ajuda a amenizar os impactos negativos e pode contribuir para apontar o caminho

que conduzirá para a superação dos problemas sociais.

Esse movimento de reação não ocorre só no Alentejo, nem somente em Portugal como um todo. Quanto menos confiáveis se tornam os sistemas de abastecimento da economia global, mais precisamos expandir os mecanismos de subsistência local para níveis regionais e nacionais.

Modelos de sustentabilidade

O que podemos aprender com o caso do Alentejo é que modelos de autonomia regional evoluem

Levando ovos para vender ao restaurante local. Será que negócios como esse estão realmente infringindo a lei?



organicamente em áreas atingidas por crises. Em regiões onde o conhecimento agroecológico, social e econômico é aplicado localmente, toda a paisagem social floresce.

Esse quadro revela um lado positivo da crise, uma vez que as pessoas tendem a desenvolver uma maior abertura à cooperação e à experimentação.

Em Portugal, alianças inesperadas estão se consolidando. A juventude urbana que protesta e os idosos das áreas rurais vêm percebendo que têm objetivos comuns. Cada vez mais pessoas das cidades querem ir para o campo, não por nutrir uma visão romântica, mas porque o estilo de vida urbano está cada vez mais difícil de sustentar com o aumento dos preços dos alimentos, da energia e dos aluguéis, o que é agravado pela queda dos salários. Nas pequenas cidades, de onde talvez vieram seus pais ou avós, elas esperam encontrar melhores oportunidades. Mas a maioria não detém o conhecimento necessário para construir e desenvolver suas condições de vida.

Em 2012, em resposta a essa situação, a iniciativa apelidada de *Movimento 12 de Março*¹ levou à fundação da *Academia Cidadã*, um espaço onde as pessoas podem aprender sobre o que é preciso para ganhar a vida de forma independente do sistema. A iniciativa é aliada ao movimento *Transition Towns*, à Rede Global de Ecovilas e a muitas outras experiências e grupos sociais. *Queremos reunir portadores de conhecimento locais e internacionais e formuladores de políticas com o objetivo de construir coletivamente uma região modelo*, declarou Vera Kleinhammes, envolvida no Campus Global, uma iniciativa educacional baseada no Alentejo. *O conhecimento sobre experiências de sustentabilidade ecológica e social que temos recolhido junto a nossos parceiros na África, na América do Sul, na Ásia e na Europa pode ajudar o Alentejo a deixar de ser um exemplo de região problemática para se tornar um modelo a ser seguido por toda a Europa.*

¹ O nome da iniciativa remete à data em que ocorreu o que se convencionou chamar de *Protesto da Geração à Rasca*, um conjunto de manifestações que reuniram centenas de milhares de pessoas em Portugal e em outros países no dia 12 de Março de 2011. (Nota da Tradução)

Leila Dregger

Jornalista da Rede Global de Ecovilas e moradora do Tamera – Centro de Pesquisa pela Paz (www.tamera.org), em Portugal
leila.dregger@snaflu.de



Orgulho e identidade camponesa

Agroecologia e o direito à alimentação

Como Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação (mandato de 2008 a 2014), Olivier De Schutter se pronunciou várias vezes sobre a urgente necessidade de imprimir mudanças nos sistemas alimentares globais. Em março de 2014, ele publicou o seu relatório final, fazendo enfáticas recomendações em favor da Agroecologia.

Entrevista com Olivier De Schutter por Margriet Goris

Para De Schutter a agricultura deve atender a necessidades efetivas da população e não se guiar por oportunidades de mercado

Fotos: Joyce Fabriek



Por que você recomenda apoiar os pequenos agricultores?

Sabemos que as pequenas propriedades agrícolas são muito produtivas e bem mais do que as grandes fazendas de monocultivos quando consideramos a produtividade por unidade de área de terra cultivada. A confusão surge porque costumamos calcular a produção considerando apenas o volume de mercadorias que essas grandes propriedades geram. E, sim, elas são produtivas, mas pequenas unidades rurais combinam diferentes produtos e são muito mais eficientes na forma de usar os recursos.

Levando em conta os diferentes produtos, os rendimentos de uma pequena propriedade podem ser muito impressionantes. O problema fundamental é que os sistemas agrícolas industriais nos tornaram viciados em combustíveis fósseis, o que resultou na aceleração das emissões de gases de efeito estufa.

Os sistemas alimentares tornaram-se altamente dependentes do petróleo, mas estamos vendo que o petróleo está acabando. Assim, no futuro, esses sistemas serão energeticamente inviáveis.

Por essa razão, precisamos desenvolver alternativas. E existem argumentos muito bons do ponto de vista da eficiência no uso e da resiliência dos recursos que apontam a Agroecologia como caminho para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.

Como a Agroecologia está ligada ao direito à alimentação?

Primeiro, Agroecologia não é a mesma coisa que agricultura orgânica. Agroecologia significa entender como a natureza funciona, buscando reproduzir as interações entre plantas e animais e os demais mecanismos ecológicos presentes nos estabelecimentos rurais, a fim de reduzir a dependência de insumos externos, como os fertilizantes químicos. Essa é uma

forma sustentável de produção de alimentos, que preserva a capacidade de as gerações futuras se alimentarem. Além disso, contribui muito mais para a manutenção da saúde do solo, reduz a dependência das energias fósseis, assim como é um tipo de produção de baixo custo. Portanto, para os agricultores nos países em desenvolvimento que têm pouco acesso ao crédito e que são muito mais vulneráveis a riscos do que os agricultores nos países desenvolvidos, a Agroecologia é uma solução muito interessante para o desenvolvimento agrícola.

Você diz que os sistemas de produção agrícolas devem atender a necessidades e não a demandas.

De fato. O problema é que, se a comida for uma mercadoria que responde às leis da oferta e da procura, ela vai atender apenas às necessidades daqueles que têm o maior poder aquisitivo. Em outras palavras, os alimentos não atenderão às necessidades básicas das pessoas mais pobres que não têm dinheiro suficiente para comprar. A produção de alimentos será orientada, portanto, no sentido de satisfazer os gostos dos segmentos mais ricos da população.

Os mercados de terra e água estão se tornando cada vez mais globais, ao passo que populações com poder de compra muito diferentes estão competindo pelos mesmos recursos. Isso está criando um paradoxo, pois, enquanto as demandas por artigos de luxo de uma parte da população mundial estão sendo satisfeitas, as necessidades básicas de outra parcela da população mundial não são reconhecidas nem atendidas.

Qual o papel que os consumidores podem assumir para mudar esse padrão de sistemas de produção?

Os consumidores têm muito mais poder do que geralmente imaginam, e tenho esperança de que esta nova geração fará escolhas muito mais responsáveis e informadas ao considerar os impactos sociais e ambientais causados por seus padrões de compra e consumo de alimentos. Na verdade, há 15 anos, muito poucas pessoas tinham outras preocupações do que ter uma grande diversidade de alimentos baratos disponíveis durante todo o ano. Agora, as pessoas estão muito mais atentas aos impactos de suas práticas de compra e procuram saber sobre direitos trabalhistas, sustentabilidade, distância percorrida pelo alimento [desde seu cultivo até chegar ao nosso prato], etc. Eu vejo nisso uma evolução muito positiva. Mas será que tem alcance suficiente? Talvez não. Em parte, porque é uma preocupação que aflige ainda uma parte relativamente pequena da população, a das pessoas mais bem informadas e mais conscientes. Além disso, esse tipo de posição passa



pela necessidade de admitir que o consumo mais responsável significa também consumir menos de certos produtos, particularmente carne.

Estamos começando a perceber que o nosso consumo excessivo de carne tem um enorme impacto sobre os recursos naturais, levando a uma crescente escassez de terra e água. O atual nível de consumo de carne na União Europeia é de 75 kg por pessoa por ano. Além dos impactos negativos para o meio ambiente, isso cria uma série de problemas de saúde. Assim, um movimento em direção a estilos de vida mais saudáveis e mudanças na forma como nós consumimos alimentos são desejáveis e, talvez, seja uma meta que começa a despontar no horizonte.

Porque o acesso à terra é tão importante?

Por muitos anos, achávamos que havia muita terra disponível e que não haveria competição por esse recurso. Mas a crise mundial do preço dos alimentos de 2008 chamou a atenção de muitos governos para a necessidade de garantir o acesso à terra, já que os mercados globais não se mostraram suficientemente confiáveis para assegurar a distribuição de alimentos.

Percebeu-se que havia interesse na aquisição de terras agrícolas não apenas por parte de governos, mas também de investidores privados. Isso levou ao que muitos chamam de *grilagem massiva de terras* (*land grabbing*, em inglês). Enormes áreas foram compradas ou arrendadas de 2008 a 2011, embora a

tendência esteja diminuindo ligeiramente agora. Então, a terra se tornou uma mercadoria sobre a qual há grande competição.

O problema é que, em muitas regiões, aqueles que utilizam e dependem da terra para sua subsistência não têm acesso seguro a ela. Essas pessoas correm risco de ser alijadas do mercado de terras e ser expulsas da terra da qual dependem porque alguém com mais poder de compra pode adquiri-la, em vez deles. Isso está se tornando um problema sério, inclusive para as gerações mais jovens nos países industrializados.

Também para eles, o acesso à terra está se tornando problemático. Esse é um problema que não se limita aos camponeses dos países do Sul. Por causa da inflação dos preços da terra, hoje é muito difícil para quem tem 25 anos de idade começar na agricultura, a menos que os seus pais sejam agricultores.

Para os jovens agricultores na União Europeia, é difícil entrar no ramo da agricultura porque a terra e as máquinas estão se tornando muito caras. Por isso, é necessário ter programas para melhorar o acesso à terra e ao crédito, bem como para garantir que a terra seja utilizada por aqueles que a tratam melhor.

Que políticas são necessárias para construir sistemas alimentares mais justos e sustentáveis?

Precisamos de políticas que sejam muito mais coerentes com as especificidades locais/regionais. Eu vejo muitos exemplos de sistemas alimentares locais sendo reconstruídos, com consumidores sendo mais ativos, estabelecendo vínculos com os produtores e sendo apoiados pelos poderes municipais. Os recursos locais podem ser mais bem utilizados para moldar sistemas alimentares que sejam mais sustentáveis e justos tanto para os consumidores como para os produtores.



Olivier De Schutter fala sobre sistemas alimentares sustentáveis e justos em uma conferência em Wageningen, na Holanda

No entanto, muitas vezes, essas iniciativas locais não são apoiadas por políticas nacionais ou pela estrutura global.

Na maioria das vezes, as políticas agrícolas nacionais não atentam para as dimensões locais dos sistemas alimentares. Além disso, a conjuntura global apoia a expansão da agricultura voltada para as exportações, mas não atua no sentido de incentivar os governos a considerarem outras dimensões dos sistemas alimentares que não se resumam apenas ao aumento dos volumes de produção. Precisamos de mais coerência entre os diferentes níveis de governança e muito mais democracia alimentar. As pessoas devem ser capazes de responsabilizar os governos pelos efeitos negativos gerados pelos sistemas alimentares globalizados. Há uma necessidade de maior integração entre as políticas agrícolas e as políticas alimentares, para que essas outras dimensões sejam levadas em conta. É por isso que as questões de governança são a chave da transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Em que órgão internacional deve ser discutido o comércio nos setores de alimentação e agricultura?

Houve uma tentativa nos últimos quatro ou cinco anos para melhorar a coerência das diferentes políticas

setoriais que afetam a segurança alimentar global. Isso levou a uma reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, que se reúne em Roma, sob os auspícios da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO, na sigla em inglês). É uma comissão amplamente representativa, incluindo todos os governos, todas as agências internacionais relacionadas à alimentação e à agricultura, o setor privado, ONGs e organizações de agricultores, que trabalham em conjunto para fornecer recomendações para os governos.

A minha esperança é que, no futuro, essa comissão, por ser inclusiva e transparente, possa exercer maior influência na elaboração de reformas nos níveis global e nacionais. Infelizmente, o mercado está muito fora do nosso alcance, e a comissão não está autorizada a discutir em profundidade o impacto das políticas comerciais sobre a segurança alimentar. Essa questão está sob o controle da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Eu acho que isso é um erro, e é algo que deve ser visto como parte do problema. Não faz sentido discutir investimento agrícola, segurança alimentar e mudanças climáticas e não discutir mercado, comércio, uma vez que ele exerce enorme impacto sobre a formulação de políticas agrícolas e alimentares.

Divulgue suas experiências nas revistas da Rede AgriCulturas www.agriculturesnetwork.org

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na *Leisa Latino-americana* (editada no Peru) e na *Revista Farming Matters* (editada na Holanda).

Alimentação adequada e saudável

Controlado por um reduzido grupo de transnacionais, o moderno sistema agroalimentar caracteriza-se pela intensa artificialização e padronização dos processos que encadeiam a produção ao consumo. Do lado da produção, o modelo tecnológico que se afirmou com a Revolução Verde tornou a agricultura cada vez mais dependente de insumos industriais e energias não renováveis, bem como propiciou o avanço das monoculturas, representando uma enorme ameaça à agrobiodiversidade. Do lado do consumo, a indústria alimentar e as grandes redes de varejo priorizam a oferta de produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional e impõem crescentes bloqueios à capacidade de decisão dos cidadãos sobre sua própria alimentação.

Além de não ter vencido o histórico desafio de erradicação da fome e das carências nutricionais, esse modelo tem contribuído para o aumento das doenças crônicas causadas pelas práticas alimentares inadequadas.

Na contracorrente, ricas experiências sociais disseminam-se no mundo todo como uma expressão da luta pelo direito humano à alimentação. Entre outros aspectos, elas ressaltam os estreitos vínculos existentes entre a revalorização da sociobiodiversidade e a promoção da alimentação adequada e saudável. Dessa forma, colocam em xeque o paradigma do *nutricionismo*, que valoriza exclusivamente os nutrientes em detrimento dos alimentos propriamente ditos e concebe o comer com um ato individualizado e estritamente biológico, desprovido de valores culturais, econômicos e sociais.

A edição V. 11, N.4 da *Revista Agriculturas* divulgará experiências significativas que evidenciam a íntima relação entre a alimentação de qualidade e as práticas de produção e distribuição de alimentos que revalorizam a sociobiodiversidade.

Prazo para recepção dos artigos: 15/10/2014

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.aspta.org.br/agriculturas